

BEATRIZ CES SANTOS

**DESCOLAMENTO DO DISCURSO: COBERTURA DA IMPRENSA ECONÔMICA
VERSUS REALIDADE HISTÓRICA DOS ÍNDICES.**

**SÃO PAULO
2015**

BEATRIZ CES SANTOS

**DESCOLAMENTO DO DISCURSO: COBERTURA DA IMPRENSA ECONÔMICA
VERSUS REALIDADE HISTÓRICA DOS ÍNDICES.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como exigência parcial para obtenção
do grau de Especialista em Jornalismo Econômico
pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Profº Orientador: Luciano Feltrin Correia

**SÃO PAULO
2015**

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a meu professor orientador, Luciano Feltrin Correia, que, apesar de todas as adversidades, se manteve firme desde o início deste projeto, não só compartilhando comigo seu conhecimento e sua experiência como repórter, mas me incentivando a dar sempre o melhor nesta empreitada.

Também sou imensamente grata a todos os professores com quem tive contato durante esses dois anos na PUC-COGAE. Professores que aprendi a gostar e admirar, não somente como acadêmicos, mas também como pessoas.

Gostaria de citar também os queridos amigos que fiz durante essa caminhada de dois anos, em especial, a querida Juliana Freire.

Por fim, agradeço à minha família que sempre me deu todo o apoio necessário em todos os meus projetos; em especial, minha mãe, Maria Teresa, que é minha base de sustentação e força; meu pai, Caetano, que sempre me incentiva a buscar o conhecimento, onde quer que ele esteja; minha querida tia Bel, meu irmão Lucas, minhas primas-irmãs, Lívia e Cibelle, e, claro, minha cunhada querida, Mayara.

Sem estas pessoas - e algumas outras que não foram citadas acima -, chegar até o final deste curso seria muito difícil.

RESUMO

Esta pesquisa identifica o descolamento do discurso da imprensa econômica brasileira quando confrontado com a realidade econômica do país, demonstrada por índices, e como isso afeta, transforma e tenciona o mundo político brasileiro, em especial em períodos eleitorais. Para tal, foram comparadas as matérias produzidas pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, na editoria de Economia, sobre os temas desemprego e inflação, no período de agosto a novembro, nos anos de 2002 e 2014.

Estas datas foram selecionadas justamente por corresponderem a duas das mais importantes eleições vivenciadas pelo país após o retorno à normalidade democrática. A primeira marcou o fim do governo Fernando Henrique Cardoso, e a segunda foi, sem dúvida, uma das mais acirradas disputas eleitorais já vistas no Brasil, contando com a participação de três candidatos de grande relevância política.

Este trabalho mostra que, apesar de Dilma Rousseff apresentar resultados econômicos semelhantes àqueles alcançados pelo presidente eleito pelo PSDB – principalmente no que diz respeito a emprego e inflação –, a imprensa econômica brasileira é mais crítica em relação às decisões da petista, a ponto de criar a ideia de que houve, no período estabelecido pela pesquisa, um incontestável ambiente de desordem econômica.

Para chegar nesse ponto, a imprensa utiliza um discurso que vai além de críticas meramente editorializadas. Descontextualização de fatos, fontes viciadas, direcionamento na seleção das pautas, a determinação do espaço em que as matérias ocupam dentro do jornal, a seleção de imagens que enalteçam ou denigram ideias expostas por um porta-voz, são apenas algumas das ferramentas utilizadas em larga escala pela mídia para validar seu discurso.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo Econômico; Dilma Rousseff; Fernando Henrique Cardoso; Eleições 2002; Eleições 2014; Inflação; Desemprego.

ABSTRACT

This research identifies the Brazilian economics press detachment with the country's economic reality, and how this can affect the political world, in special in the elections time. For that, it has been compared the articles produced by the newspaper *O Estado de S. Paulo*; in economics section, about the subject unemployed and inflation; during august and November of 2002 and 2014.

These dates were selected because they correspond for two important elections: the first one marked the end of Fernando Henrique Cardoso's government; and the second was one of the closest elections in the recent history of the country, counting with three candidates of big politic relevance.

This paper also shows that although Dilma Rousseff presents economic results were similar to the president from PSDB – mostly when it concerns to unemployment and inflation rates –, the economic Brazilian press is very critical with her decisions, which creates an idea of economic disorder.

To get in to this point, the press makes use of a speech that goes beyond of the editorial opinions. Taking the facts out of its context, always consult the same sources, guide in the selection of subjects, the space that the articles has in the newspaper, select images to praise or denigrates somebody's image; all of them are tools used by the professional of the media to validate their speech.

KEY-WORDS: Economics Journalism; Dilma Rousseff; Fernando Henrique Cardoso; 2002 Elections; 2014 Elections; Inflation; Unemployment

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 OBJETO	11
3 METODOLOGIA.....	13
4 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	16
4.1 O Brasil do caos inflacionário	16
4.2 O Plano Real	20
4.3- Estabilidade em meio às crises: o governo FHC.....	23
4.4 – Crescimento e expansão do crédito: O governo Lula.....	27
4.5- “A mãe do PAC”: O governo Dilma Rousseff.....	30
5.1 Eleições de 2002 e a herança de FHC	37
5.2 Eleições 2014: nervos aflorados e a economia no centro dos debates.....	41
6 SOBRE AS VARIÁVEIS ECONÔMICAS AVALIADAS: INFLAÇÃO E DESEMPREGO E SUAS TRAJETÓRIAS NO BRASIL.....	48
6.1 Inflação: problema crônico, medo constante.....	48
6.2 Emprego, industrialização e precarização do trabalho na década de 90	52
7 A HISTÓRIA DO JORNALISMO ECONÔMICO BRASILEIRO E A ÉTICA NO BRASIL.....	55
7.1 A trajetória do jornalismo econômico brasileiro	55
8 ANÁLISE DO DISCURSO	59
8.1 Análise quantitativa do objeto	59
8.2 Análise Qualitativa do Objeto.....	62
8.2.1 Inflação.....	62
8.2.2 Mapeamento de fontes.....	68
8.3 Análise Qualitativa do Objeto.....	79
8.3.1 Desemprego	79
8.3.2 Mapeamento das vozes	85

9 CONCLUSÃO	100
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103

1 INTRODUÇÃO

A eleição presidencial de 2014 é considerada por alguns analistas a mais acirrada desde a volta do país à democracia.

A disputa contou com candidatos fortes que acreditavam contar com força política e apoio popular suficiente para derrubar um governo desgastado, que, mesmo contando com o suporte de um líder de massas da envergadura de Luis Inácio Lula da Silva, estaria enfraquecido demais para levar mais uma eleição.

Além disso, a morte inesperada do então candidato e ex-governador de Pernambuco, Eduardo Campos, em um acidente de avião, que levou a vice da chapa, a ex-senadora Marina Silva, a assumir a candidatura em seu lugar, estabeleceu uma nova ordem na corrida eleitoral, e fez com que os resultados fossem tidos como imprevisíveis até mesmo para os mais experientes observadores políticos.

E, neste momento, no centro de todas as discussões políticas, teses, propostas e, até mesmo trocas de acusações e críticas entre adversários, reinava ela, soberana: a economia.

Não é possível afirmar ao certo, porém desde as eleições de 1994 – nas quais o que estava em jogo era a continuação da implementação do Plano Real -, a pauta econômica nunca esteve tão em evidência no debate eleitoral como nas eleições de 2014.

Toda essa atenção voltada aos assuntos econômicos, que geralmente ganham menos atenção entre os eleitores, por serem considerados complexos e terem linguagem técnica específica e empolada, tinha uma razão. Ao longo do governo Dilma, a população viu o preço de determinados bens e serviços subir e reaparecer no noticiário com cada vez mais frequência e destaque, uma palavra que resgatava momentos traumáticos da história recente do país: inflação.

Para a parcela da população que viveu os anos da hiperinflação, marcados pelos mais variados planos econômicos, cada um mais breve que o outro, a inflação é considerada uma praga. E, como tal, deve ser combatida e erradicada.

O crescimento mais vagaroso da economia, assim como o fortalecimento do discurso de que o país estaria passando por um processo de desindustrialização, fator que estaria por trás das constantes demissões no setor industrial, contribuíram para assustar os brasileiros e trazer à tona o medo da volta do desemprego. Isso, apesar do país apresentar o mais baixo índice de desemprego da história, cerca de 5% - o que é considerado pleno emprego por especialistas -, e o setor de serviços ser, já há algum tempo, o grande empregador do Brasil.

Essas duas questões em específico, somadas a uma série de outras variáveis econômicas do governo Dilma, criticadas pela maior parte dos veículos de comunicação do país, fez com que a temática econômica tenha se tornado parte essencial de debates, discursos, propagandas eleitorais, e até mesmo de entrevistas, matérias e debates promovidos pela imprensa nacional.

É curioso, nesse sentido, observar que três eleições atrás, em 2002, quando o presidente Lula foi eleito pela primeira vez, a situação econômica deixada pelo seu antecessor na época não era muito diferente da atual. Mesmo assim, a economia nem de longe foi o centro dos debates e o foco da mídia, como aconteceu em 2014. Registre-se que, à época, o PSDB, legenda a que pertence o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, tentava eleger o candidato e hoje senador José Serra.

Vejamos o contexto e analisemos alguns dados do segundo mandato de FHC e o primeiro de Dilma:

Em dezembro de 2002, último mês do segundo mandato do governo FHC, a inflação estava em 12,53%, uma taxa considerada alta, principalmente quando comparada com a do mesmo mês do ano anterior, que alcançou 7,67%. O desemprego em 2002 também estava na casa dos dois dígitos: 12,6%, e a média do PIB desses últimos quatro anos do governo Fernando Henrique foi de 2,3%. Uma das conquistas econômicas do ano foi o alcance do maior superávit em mais de uma década, R\$10, 2 bilhões, valor que foi praticamente engolido pela dívida pública que, com o dólar cotado por volta dos R\$ 3,50, subiu para R\$ 885,191 bilhões, o equivalente a 63,9% do PIB.

Já em 2014, no final do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, a inflação acumulada em doze meses medida pelo IPCA estava em 6,41%, a taxa de desemprego no ano foi de 4,8% e a média do PIB durante o primeiro mandato da petista foi de 2,1%. O país encerrou o ano com dívida pública no valor de R\$ 3. 252 bilhões, o que corresponde a 63,4% do PIB, e o dólar fechou oscilando entre R\$2,60 e R\$2,70.

Analizando os dados friamente pode-se ter uma noção de como era a situação da realidade econômica brasileira em ambos os momentos citados acima. Percebe-se, por exemplo, que o sucessor de FHC pegou uma economia com dificuldades, assim como Dilma paga pelos erros que cometeu em seu primeiro mandato, nessa e em outras áreas.

Porém, as questões que ficam no ar são as seguintes: por que nas eleições de 2014 a economia foi tema central nos veículos de comunicação e, conseqüentemente nas campanhas políticas, enquanto que em 2002 ela praticamente passou despercebida? Por que a imprensa brasileira deixou de lado um assunto tão importante como este?

Este trabalho pretende mostrar, por meio de uma análise de conteúdo midiático produzido nos dois períodos, como a mídia econômica brasileira desviou o foco do debate econômico em 2002 e o tratou de maneira exagerada em 2014.

Esta pesquisa parte da hipótese de que existe um discurso midiático que se quebra quando confrontado com a realidade dos números, quando analisados de maneira coerente em seu devido contexto. Este descolamento do que é informado com o que é real, alimenta uma ideia alarmista em relação às políticas econômicas da presidente Dilma Rousseff, assim como abrandava problemas econômicos graves da Era FHC.

Nesse sentido, estudar a ética no discurso do jornalismo econômico é de extrema importância, tendo em vista que são raros os pesquisadores que se debruçam sobre este tema, pois possuem a falsa ideia de que o discurso extremamente técnico e concentrado em dados isenta essa área da profissão de problemas éticos.

2 OBJETO

Esta pesquisa pretende mostrar que a mídia econômica brasileira também possui suas opiniões políticas e manipula o conteúdo do jornal de tal forma que ele se descola da realidade apresentada pelos números e analisada em um contexto mais amplo.

Esta dissertação mostra que, por meio da omissão de informações importantes, da falta de pluralidade de fontes – uma das marcas do jornalismo econômico atual é a seleção de especialistas ligados a correntes econômicas liberais e neoliberais - e até pelo tamanho da matéria e o destaque que ela terá dentro do periódico, a mídia demoniza certos governos e santifica outros.

Esta pesquisa também pretende demonstrar que esse conteúdo preparado para um leitor que, muitas vezes, pouco entende de economia, pode camuflar posturas políticas e interesses econômicos, seja do jornal como uma instituição inserida na lógica do sistema capitalista - que almeja lucro e poder -, seja para defender interesses de seus anunciantes.

Para conseguir chegar a esse resultado, este trabalho será dividido em duas partes. A primeira consiste em uma contextualização geral, e a segunda em uma análise de mídia utilizando a Análise do Discurso francesa (AD).

Na primeira parte haverá uma contextualização histórica dos períodos analisados na análise de mídia, assim como um detalhamento sobre a trajetória brasileira dos dois índices econômicos utilizados como objetos desta pesquisa – inflação e desemprego - , e, por fim, uma análise do jornalismo econômico no Brasil e sua trajetória.

Na segunda parte será feita uma comparação quantitativa e qualitativa entre a produção de matérias da editoria de economia do jornal *O Estado de S. Paulo*, entre os meses de agosto e novembro dos anos de 2002 e 2014. Essas duas datas foram selecionadas por coincidir com os períodos de campanhas eleitorais, e pelo fato de que quem estava no poder no momento eram partidos que fazem ferrenha oposição um ao outro, PSDB e PT, respectivamente.

O intuito de confrontar a cobertura de duas eleições é tentar entender como o jornal construiu para seus eleitores a narrativa dos momentos finais da realidade econômica do Brasil no governo Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, e Dilma Rousseff, do PT.

3 METODOLOGIA

A apuração da primeira parte deste trabalho está restrita à bibliografia de áreas como economia, política, ciências sociais, ciências políticas e comunicação social, além da coleta e apuração de dados oficiais levantados por institutos de pesquisas e entidades oficiais como o IBGE, Banco Central, IPEA, Fundação Getúlio Vargas, entre outros.

Ela será dividida em quatro capítulos. O primeiro trará uma contextualização histórica de pontos centrais dos governos de Fernando Henrique Cardoso, Luis Inácio Lula da Silva (este de maneira mais breve, pois seu governo não é objeto de estudo deste trabalho) e Dilma Rousseff. Ainda neste capítulo falaremos sobre um tema chave para este trabalho: o Plano Real.

O segundo capítulo abordará mais especificamente o contexto das duas eleições em análise, a de 2002, cujo vencedor foi Lula, e a de 2014, quando Dilma conquistou a reeleição.

Já o terceiro capítulo se aprofundará nos temas econômicos escolhidos para serem tratados nesta pesquisa: o desemprego e a inflação. Esta parte da pesquisa tem como intuito narrar a trajetória desses dois problemas no cenário econômico recente, além de trazer os dados coletados dos principais centros de pesquisa e instituições de pesquisas econômicas do país sobre ambos os temas em diferentes épocas de nossa história.

Por fim, o quarto capítulo tem como objetivo central falar sobre a história do jornalismo econômico brasileiro e suas relações com o poder.

Já a segunda parte da pesquisa está embasada na análise e comparação das matérias produzidas pelo jornal *O Estado de S. Paulo* dos quatro meses que antecederam as eleições de 2002 e 2014, utilizando como ferramenta metodológica a Análise do Discurso francesa (AD).

Dentre as diversas metodologias encontradas validadas pelas ciências humanas para analisar a linguagem, a Análise do Discurso francesa foi selecionada, pois, em nossa avaliação, constitui a variante das diversas análises do discurso

considerada mais adequada para esmiuçar o trabalho jornalístico (BENETTI, 2007, p.107).

Segundo a autora, isso somente é possível, pois a AD trabalha com o mapeamento de vozes e a identificação dos sentidos. Além do que, essa ferramenta metodológica parte do pressuposto de que o discurso é opaco, não transparente, ou seja, para os teóricos da AD, é impossível trabalhar com a ideia de objetividade jornalística.

Mesmo porque os teóricos também defendem que o discurso está subordinado à realidade social e cultural e que o jornalismo constrói sentidos em cima dessas bases, em um processo de constante interferência.

A utilização da AD também será de fundamental importância para este trabalho, uma vez que é desenvolvida em dois passos: o primeiro identifica sentidos sem comentários ou análises, ou seja, pode-se dizer que é uma análise quantitativa. Algo essencial para esta pesquisa.

O segundo passo mapeia a realidade externa que permeia o texto, ou seja, é o que foi chamado aqui de análise qualitativa. Por meio dela será possível não somente identificar, como ainda verificar as ações da construção de sentidos nas matérias analisadas e em seus respectivos contextos históricos.

A AD também possibilita o desenvolvimento do que é chamado de estudo das vozes. Por meio deles será possível conferir quem são as vozes ouvidas pelos jornalistas econômicos, além de responder algumas perguntas como: Quais são suas ideologias econômicas? Quais são seus posicionamentos políticos? Quais são suas histórias pessoais (em quais universidades se formaram, já fizeram parte de algum governo? Para quem trabalham atualmente?, entre outras) Quais os critérios de seleção dessas vozes que ajudam a construir a imagem que a opinião pública tem de nossos governantes e de nossa política econômica?

De forma resumida, esta pesquisa faz uso de uma ampla bibliografia de várias vertentes das ciências sociais para compreender e pintar um quadro político e econômico do contexto analisado, além de utilizar a Análise do Discurso francesa

como ferramenta para destrinchar o conteúdo produzido pelo *Estadão* durante o período anteriormente citado.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

4.1 O Brasil do caos inflacionário

O plano real foi um arranjo econômico que abrangia uma série de medidas para combater a hiperinflação que tomava conta do país até a época de sua implantação, entre os anos de 1993-1994.

Entretanto, antes de tratar diretamente deste tema, é preciso falar sobre as questões que levaram o Brasil a uma hiperinflação e, conseqüentemente, à necessidade da aplicação de um plano de combate à inflação.

É possível dizer que a hiperinflação que marcou a história econômica brasileira durante a década de 1980 tem suas raízes fincadas na década de 1970, com a primeira crise do petróleo. Segundo Furtuoso, Ometto e Silva (1995) o crescimento econômico brasileiro da década – também chamado de Milagre Econômico – somente foi possível graças ao endividamento externo, em especial ao dinheiro oriundo dos países produtores de petróleo - aglutinados na OPEP¹ - os chamados “petrodólares”.

As autoras seguem dizendo que com o segundo choque do petróleo² daquela década, ocorrido em 1979, ocorre um brusco aumento das taxas de juros internacionais, o que leva a uma piora no quadro econômico brasileiro, por conta do salto dos juros da dívida, pela reorientação dos fluxos de capital para Estados Unidos e Europa e pelo impacto negativo nos preços das commodities, produtos importantes na nossa pauta de exportação.

No biênio de 1979-1980, durante o governo do General João Baptista Figueiredo, Delfim Neto reassume o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Segundo Soares (2011), Delfim assume o ministério com três crises

¹ Organização dos Países Produtores de Petróleo.

² Crise do Petróleo: Crise ocorrida em quatro fases, entre 1973 (ano da Guerra do Yom Kipur, entre árabes e israelenses, em que os países árabes se sentem ultrajados com o apoio dado pelas potências mundiais a Israel; o que resulta na criação da OPEP e no embargo na distribuição de petróleo para os demais países do mundo); e 1991 (Guerra do Golfo); todas elas levando a um embargo de petróleo por parte dos países produtores e um súbito aumento dos preços da commodity em questão.

interrelacionadas: o segundo choque do petróleo, a elevação das taxas de juros mundiais e a recessão dos países industrializados. Porém, de acordo com o autor, Delfim adota medidas heterodoxas para colocar a economia nos trilhos, incluindo a proposta de combate à inflação juntamente com a definição de diretrizes voltadas para o crescimento econômico.

Contudo, Soares ressalta que mesmo com as medidas tomadas por Delfim, a economia brasileira não conseguiu se recuperar. No seguinte trecho, Soares (2001) resume o período:

As políticas adotadas permitiram efetivamente a continuidade do crescimento econômico do biênio (1979-1980); no entanto, foram totalmente ineficazes para reverter os desequilíbrios externos. Os déficits comerciais associados à elevação da transferência de rendas ao exterior na forma de pagamento de juros da dívida externa superaram as entradas de capitais tornando o balanço de pagamentos deficitários. Da mesma forma, a política posta em prática por Delfim foi incapaz de reverter a tendência inflacionária, sendo que esta, no ano de 1980, ultrapassou os 100% (p.94).

Como evidenciado na explicação acima, a situação da economia brasileira durante a década de 1980 estava realmente crítica, a ponto de Bocchi et al. (2000) afirmarem que:

A economia brasileira atravessou, durante os anos 1980, uma profunda crise caracterizada por estagnação econômica e altas taxas de inflação. A renda per capita, em 1994, encontrava-se no mesmo nível de 1980. A inflação alcançou níveis elevadíssimos nesses quinze anos. Na verdade, foi a pior crise por que passou a economia brasileira desde que o país se tornou independente, sendo muito mais grave que a crise dos anos 1930 (p. 152).

Quando José Sarney assume a presidência no lugar de seu companheiro de chapa, Tancredo Neves, que havia falecido antes de conseguir tomar posse, a

inflação já havia alcançado o patamar de 200% ao ano (BOCCHI, BORGES, LACERDA, MARQUES, REGO, 2000). Por conta disso, a equipe econômica do governo Sarney decide adotar medidas como a austeridade fiscal, o controle monetário – creditício e o congelamento de preços, com o intuito de frear a inflação.

Em 1986, os economistas do governo Sarney colocam em prática um novo plano econômico que visa um combate severo à inflação, o Plano Cruzado. De acordo com Bocchi et al. (2000):

O programa brasileiro de estabilização de 28 de fevereiro de 1986, mais conhecido como Plano Cruzado, promoveu uma reforma monetária que estabeleceu o cruzado (Cz\$) como novo padrão monetário nacional. (...) O maior objetivo do Plano Cruzado era criar uma nova moeda estável, que eliminasse a memória inflacionária. Não foram estabelecidas com clareza, no entanto, metas fiscais ou monetárias de médio prazo, cujas políticas ficaram a cargo dos condutores do plano. (p. 170)

Ainda segundo os autores, o Plano Cruzado se mostrou bem-sucedido no curto prazo. Entretanto, uma das características do plano – o congelamento de preços – aumentou o poder de compra dos assalariados, o que levou a um aumento do consumo. Soma-se a isso o fato de que os produtores locais não se sentiam inclinados a produzir, já que os preços congelados não cobriam os custos de produção. Assim, em menos de um ano, acaba a euforia causada pelo Plano Cruzado.

Porém, o fracasso do Plano Cruzado não fez com que José Sarney desistisse de trazer de volta à vida uma economia moribunda. Depois do plano de 1986, Sarney lançou o Plano Cruzado II, o Plano de Estabilização Econômica (também conhecido como Plano Bresser), o Plano Arroz-com-feijão e, por fim, o Plano Verão. Nenhum deles conseguiu resolver o problema da inflação.

Sarney encerra seu período à frente da presidência da República deixando para trás a memória dos seus quatro planos fracassados, além do revezamento de

ministros da Fazenda. De acordo com relatos da jornalista Miriam Leitão, no final de seu mandato, já com a imagem desgastada, Sarney quase não aparecia em Brasília. Segundo Leitão (2011):

Tudo foi piorando nos meses finais do governo Sarney, após o fracasso do Plano Verão. Sarney havia ampliado os gastos para conseguir no Congresso mais um ano de mandato. Depois do fracasso do plano, desinteressou-se pelo governo. O país ficou à deriva. Sarney passava mais tempo em Curupu, a ilha da família, que no comando do navio que afundava. (p. 119)

O alagoano Fernando Collor de Mello é lembrado pelos brasileiros não somente por ter sido o primeiro presidente eleito democraticamente depois do golpe militar, mas também por ser o primeiro a ter sido tirado do poder por meio de um processo de impeachment. Collor é conhecido também como o presidente que confiscou as poupanças, em alusão ao Plano Collor, o mais traumático dos planos econômicos que tinha como intuito reestabelecer a ordem econômica e conter a inflação.

Entretanto, Collor não foi somente o presidente que instaurou o caos na sociedade brasileira com o sequestro do dinheiro dos brasileiros, como também foi o comandante que deu início a um processo de abertura comercial no país, assim como de diminuição da interferência estatal, por meio de privatizações. Tal mudança na direção da condução da política econômica brasileira – que até então utilizava o sistema de substituição de importações e alimentava um Estado onipresente – foi essencial para a implantação e o sucesso do Plano Real, que daria seguimento a ela. Sobre isso, Bocchi et al. (2000) considera que:

Nos anos 1990, a economia brasileira foi marcada não só pela recessão do início da década, fruto dos efeitos dos Planos Collor I e II, mas também por uma profunda reestruturação produtiva. Essa reestruturação, designada por alguns autores *modernização conservadora*, ocorreu como desdobramento do esgotamento do modelo de substituição de importações e foi

influenciada pelos pressupostos do *Consenso de Washington*, a exemplo do que ocorria em toda a América Latina. Provocou aceleração no processo de privatização de empresas estatais, abertura da economia e desregulamentação dos mercados (p. 180).

4.2 O Plano Real

Com o impeachment do presidente Fernando Collor em dezembro de 1992, seu vice, o mineiro Itamar Franco assume a Presidência. Em maio de 1993, Fernando Henrique Cardoso, o quarto ministro da Fazenda de seu governo, começa a preparação para a elaboração do Plano Real, com uma equipe que contava com nomes de peso, como Persio Arida, André Lara Resende, Gustavo Franco, Pedro Malan, Edmar Bacha, Clóvis Carvalho e Winston Fritsch.

O plano foi elaborado para ser aplicado em três etapas. A primeira delas pretendia estabelecer o equilíbrio das contas governamentais, com o intuito de acabar com a principal causa da inflação. Para isso, o governo lançou em junho de 1993 o PAI – Programa de Ação Imediata – que visava fazer uma ampla reestruturação do setor público que abarcava cortes no orçamento da União, combate à sonegação fiscal e mudanças na relação do governo federal com municípios e estados, cobrando destes maior responsabilidade com o saneamento das finanças.

A segunda etapa consistiu na implementação da Unidade Real de Valor, a URV, que aconteceu em maio de 1994. Bocchi, Borges, Lacerda, Marques e Rego (2000) explicam resumidamente que a URV serviu como uma transição para a nova moeda. O fato é que, ao contrário dos demais planos que pegaram os brasileiros no susto, o governo quis implementar o Plano Real de maneira tranquila, sem atropelos, da maneira mais clara possível, para evitar desgastes com a opinião pública e transtornos para uma população já traumatizada com planos mágicos que prometiam o fim da inflação.

Por fim, o terceiro passo do plano, que entrou em vigor no dia 01 de julho de 1994, quando o Real entrou em circulação, amparado por um sistema de ancoragem cambial, praticamente atrelava o valor da nova moeda ao dólar.

Os resultados trazidos pelo Plano Real puderam ser sentidos pela população brasileira ainda no curto prazo, como exemplifica este trecho de Bocchi, Borges, Lacerda, Marques e Rego (2000):

O PIB cresceu 5,67% em 1994 e o setor industrial apresentou expansão de 7%. A agropecuária acusou crescimento ainda maior, de 7,6%, confirmado pela safra recorde de cerca de 80 milhões de toneladas de grãos. O setor de serviços cresceu 4%, menos que os outros setores, o que se explica, em parte, pelo efeito do desaparecimento do ganho inflacionário que antes contribuía para o grande movimento do dinheiro no sistema financeiro (p. 212).

Ainda de acordo com os autores citados acima, a queda da inflação provocou um impacto significativo no poder de compra dos cidadãos. Além disso, durante esse período, houve um incremento na massa salarial assim como no nível de emprego, o que levou o governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, a adotar medidas para conter a expansão da demanda, como o aumento dos compulsórios, as restrições de crédito e o aumento dos juros. Dessa forma, o presidente sinalizava que estava disposto a sacrificar o crescimento econômico do país, valorizando a estabilização da moeda.

É necessário frisar a importância da âncora cambial da política monetária contracionista para o sucesso do plano. Entretanto, o processo de ancoragem cambial sofreu fortes abalos em decorrência das crises do México (1994), da Ásia (1997) e da Rússia (1999). Isso aconteceu, uma vez que o país não conseguiu acumular suas reservas internacionais por conta das altas taxas de juros oferecidas aos investidores internacionais. A crise que assolou o México no final de 1994 se espalhou para os demais países, em especial para os em desenvolvimento, culminando na fuga de capitais do Brasil, associada à deteriorada conta de transações correntes do balanço de pagamentos, que pressionaram a taxa de câmbio no sentido de uma depreciação.

Em 1997, o Brasil tenta novamente conter uma fuga de capitais, desta vez ocorrida por conta de uma crise no continente asiático. Para limitar os efeitos da

consequente diminuição das reservas de capitais, assim como a perda da âncora cambial, o governo apela para a política monetária, elevando as taxas de juros, que chegam a 43% ao ano. Segundo Bocchi et al (2000):

Em 1997, diante da crise asiática, a vulnerabilidade da economia brasileira tornou-se mais evidente. Com um déficit em contas correntes de U\$33,4bilhões, equivalente a cerca de 4,2% do PIB, o governo foi novamente obrigado a adotar medidas de contenção do nível de atividade para evitar o descontrole externo (p. 215).

Assim, a economia brasileira inicia o ano de 1998 com problemas graves em suas bases. O país possuía um déficit nominal nas contas públicas que chegava a 8%, e um déficit de conta corrente que ultrapassava os U\$ 35bilhões. Para agravar ainda mais o quadro, a Rússia entra crise neste ano, o que dificulta o acesso do Brasil a créditos externos (BOCCHI, BORGES, LACERDA, MARQUES e REGO, 2000).

Os autores explicam que essa situação levou à perda de reservas cambiais e à necessidade do país recorrer ao FMI, que ofereceu um aporte de recursos de U\$41,5 bilhões.

No ano de 1999, o governo começa a afrouxar as políticas cambiais, principalmente em decorrência de pressões do FMI, e a política monetária ganha ainda mais importância para manter os índices inflacionários dentro da normalidade. Em 4 de março de 1999, Armínio Fraga Neto assume o controle do Banco Central do Brasil. Sua gestão à frente da instituição será marcada por uma forte política contracionista, com aumento da taxa de juros e a adoção do sistema de metas de inflação, que funcionaria como uma substituta ao sistema de ancoragem cambial (LEITÃO, 2011, p.383).

No entanto, como as medidas econômicas funcionam como um medicamento que curam de um lado, porém causam efeitos colaterais em outros, o Brasil e seu povo também tiveram de engolir um remédio amargo pela estabilidade monetária. Descreve Bocchi et al. (2000):

A exigência de geração de superávits primários nas contas públicas e a instabilidade causada pelas mudanças no câmbio provocaram um adiamento das decisões de investimento e da retomada do crescimento sustentado (p. 215).

Segundo as informações de Soares (2011), o Plano Real também produziu desequilíbrios em contas de transações correntes, efeito que decorreu principalmente da sobrevalorização da taxa de câmbio e da piora das condições fiscais, provenientes dos déficits públicos e do crescimento da dívida pública.

4.3- Estabilidade em meio às crises: o governo FHC

O sociólogo paulista Fernando Henrique Cardoso assumiu o poder em 1994 e o deixou em 2003. Depois de dois governos civis completamente conturbados em termos políticos e econômicos, o governo de FHC marca o início de uma era de estabilidade nestes dois setores.

Apesar disso, o presidente enfrentou grandes desafios durante seus dois mandatos: crises externas que tiveram respaldo direto na economia do país, a quebra de grandes bancos nacionais e as taxas de juros que se elevaram a níveis recordes, são somente algumas das pedras no caminho de FHC na presidência (LEITÃO, 2011, p. 298).

Em agosto de 1995, com apenas sete meses de poder, FHC já se depara com um grande problema que poderia colocar a perder todo o esforço de estabilização econômica dos últimos anos: a quebra de alguns dos grandes bancos brasileiros. Das grandes instituições financeiras da época, o Econômico foi o primeiro a cair, seguido pelo Nacional e o Bamerindus. Segundo Leitão (2011):

Aquele era o primeiro movimento da mais tempestuosa guerra na qual já se envolveu o Banco Central do Brasil. Ao final dela, dez dos maiores bancos do país estariam fechados. Ao todo, trinta bancos quebraram. Contando-se os bancos estaduais fechados, capitalizados, federalizados ou vendidos, a onda que começava naquele momento atingiu cem bancos, num país que tinha trezentos bancos (pgs.322 e 323).

Diante desse panorama, para evitar uma crise no sistema financeiro, o governo cria o Proer – Programa de estímulo à reestruturação e ao fortalecimento do sistema financeiro. Este projeto fez parte de uma reestruturação do sistema financeiro brasileiro que instituiu a reestruturação regulatória do setor, criação de novos mecanismos de depósitos, mudança na legislação e a privatização de bancos estatais (BACEN, 2015)

O seguinte trecho retirado de um documento elaborado pelo BACEN (2015) explica como o fim do processo inflacionário estava relacionado com a crise bancária:

Diante do novo quadro de estabilidade de preços. Desejado pela sociedade brasileira após várias tentativas frustradas, verificou-se uma total incapacidade de nossas instituições financeiras em promover espontaneamente os ajustes necessários para sua sobrevivência nesse novo ambiente econômico. Num universo com 265 bancos, com mais de 16 mil agências, 11 mil postos de atendimento adicionais (sem contar as caixas econômicas, com 1.800 agências), dezenas de bancos quebraram, gerando enormes custos financeiros e sociais.

O processo de reestruturação do sistema bancário brasileiro trouxe muito desgaste político para o presidente da República. Além de ter de lidar com os discursos inflamados da oposição, que dizia que o governo estava usando o dinheiro público para salvar bancos, FHC teve que encarar brigas com aliados de peso.

O primeiro deles foi o ex-senador baiano, Antônio Carlos Magalhães, que assim que soube da intervenção no Banco Econômico saiu em defesa da instituição, tentando convencer o governo a resgatar o banco, que tinha como seu principal acionista o banqueiro baiano Antônio Calmon de Sá.

A insistência de ACM em salvar o banco de seu conterrâneo ficou clara na chamada Marcha sobre o Planalto, em que o senador mobilizou senadores e deputados de sua influência para marcharem do Congresso ao Palácio do Planalto, exigir outra saída para o Econômico. É importante recordar que Magalhães era um

dos grandes nomes do PFL, atual Democratas, um dos principais partidos da base aliada que deu sustentação ao governo FHC.

O senador José Eduardo Andrade Vieira foi outro aliado do presidente da república atingido pela crise bancária. Dono do Banco Bamerindus e representante do poder regional do Sul, Vieira financiou campanha e até emprestou um jatinho para Fernando Henrique durante o período eleitoral. Tentou negociar com o governo, propor uma equação para resolver a situação, porém o Banco Central acertou a venda do banco para o britânico HSBC.³

Outro processo marcante do período FHC foi o da intensificação e finalização das privatizações das empresas estatais. Se durante as gestões de Collor e Itamar foram realizadas as privatizações das empresas que atuavam no segmento industrial, no governo de Fernando Henrique deu-se início à venda de empresas prestadoras de serviços, além da gigantesca Vale do Rio Doce.

O objetivo era atingir o equilíbrio fiscal, transferir para o setor privado os custos de manutenção e modernização das empresas, além de engordar o caixa em moeda estrangeira para conseguir manter a ancoragem cambial. Leitão (2011) resume esse processo da seguinte forma:

O último martelo foi batido em 20 de novembro de 2000, quando se vendeu o Banespa. Naqueles dez anos, o governo havia arrecadado 100 bilhões de dólares. Mesmo assim, a dívida pública havia aumentado no período, em parte pelo inevitável trabalho de tirar os esqueletos do armário: velhas dívidas de antigos governos que não estavam contabilizadas. A faxina foi feita, enquanto se privatizava, até porque muitos desses passivos estavam dentro das estatais. O governo Fernando Henrique sempre foi muito criticado por ter vendido ativos e aumentado a dívida ao mesmo tempo. A principal razão dessa contradição foi o saneamento de velhos passivos

³ Em junho de 2014 o banco HSBC anunciou a venda de parte de suas operações no Brasil. Durante o desenvolvimento desta pesquisa, os rumores é de que o Banco Bradesco havia feito a melhor oferta para a compra do HSBC.

de outros governos. Outro motivo para a elevação da dívida foram os juros altos para enfrentar as crises (p.319).

No trecho acima, Miriam toca numa questão bastante delicada no governo Fernando Henrique Cardoso: a queda de popularidade do presidente, registrada no início de 1999, durante seu segundo mandato. De acordo com dados do Datafolha, em setembro de 1999, 56% dos brasileiros classificavam o governo como ruim ou péssimo, contra 13% que o consideravam bom ou ótimo. O que explica tal resultado do presidente que acabou com o processo inflacionário no país é, na verdade, uma combinação de fatores como as privatizações – como explicitado pelo trecho retirado da obra de Miriam Leitão; as políticas adotadas para driblar as recentes crises internacionais e tentar manter a todo custo a ancoragem cambial, aumentando assim os juros e sacrificando o crescimento econômico e a geração de empregos.

A jornalista relata que, à época, a imprensa previa o pior dos cenários: a combinação de recessão com inflação. A imagem de Gustavo Franco, grande defensor da ancoragem cambial e, no período, presidente do Banco Central, também foi arranhada durante a crise. Foi quando o economista Armínio Fraga aceitou o convite do presidente para integrar sua equipe econômica.

Fraga assume a presidência do Banco Central em 1999, propondo a substituição do modelo de ancoragem cambial por um de metas de inflação. Na época, o sistema estava começando a ser utilizado por algumas nações, entretanto, num país como o Brasil, havia sempre o risco de se trocar uma âncora concreta, no caso o dólar, por uma abstrata, que seria uma meta perseguida pelo Banco Central (LEITÃO, 2001, p. 383).

A autora ainda detalha que, apesar de tudo, Fraga conseguiu um milagre: “A inflação fechou em um dígito. O país retomou o crescimento no segundo semestre e entrou em 2000 crescendo forte e com a inflação em queda” (LEITÃO, 2011, p. 385).

Todavia, a calmaria do ano 2000 foi passageira. No ano de 2001, duas crises – uma de natureza interna e outra externa – abalaram a economia brasileira: a energética e a argentina.

Em 2002, outro impasse. Era ano de eleição, e a equipe econômica deveria deixar a casa da melhor maneira possível, para que todo o esforço feito para erguer o Plano Real não ruísse. Para isso, era necessário um empréstimo do Fundo Monetário Internacional (FMI). A questão que se formou era: será que o próximo governante, independentemente do partido ou corrente ideológica, se comprometeria a dar seguimento à consolidação do Real?

Pouco antes das eleições, Fernando Henrique Cardoso marcou uma reunião com os principais candidatos – Lula, José Serra, Ciro Gomes e Antony Garotinho. À jornalista Miriam Leitão, o presidente disse que queria “que os que eventualmente vão comandar o país venham aqui e sintam o peso desse leme”. (CARDOSO *In* LEITÃO, 2011). Detalhes sobre essa reunião também podem ser encontrados no livro *A Arte da política, a história que vivi*, obra de memórias políticas do ex-presidente Fernando Henrique.

Após a reunião, que contou também com a presença do presidente do Banco Central, Armínio Fraga, além de assessores dos candidatos; Palocci, que acompanhava Lula, pediu uma reunião em particular com Fraga. Se encontraram no Rio de Janeiro, ainda no mesmo dia. Segundo a jornalista, depois de três horas de conversa, Armínio disse aliviado a Fernando Henrique que os petistas não iriam destruir tudo que havia sido construído até então.

4.4 – Crescimento e expansão do crédito: O governo Lula

Depois de ser derrotado em três eleições seguidas – 1989, 1994 e 1998 – o ex- metalúrgico, Luis Inácio Lula da Silva, percebeu que seria preciso mudar radicalmente o tom de seus discursos se pretendia de fato ainda subir a rampa do Planalto.

Não só era preciso se livrar das falas inflamadas de quem sempre esteve na oposição, como também tomar algumas atitudes para provar que o partido e o candidato estavam dispostos a ceder em alguns pontos para chegar ao poder. Primeiramente, Lula aceitou a união com partidos de centro-direita, também anunciou José de Alencar, nome de peso do empresariado brasileiro, como vice da sua chapa. Além disso, num lance bem calculado, divulgou uma carta de intenções chamada de “Carta aos brasileiros” em que, praticamente, assinou um termo de

compromisso com o capital. Como ele mesmo chegou a dizer à época, era, a partir de então, o candidato “paz e amor”.

A estratégia deu certo. Lula tomou posse no dia 1º de janeiro de 2003 e seu primeiro ministro da Fazenda, Antônio Palocci, nunca deixou de cumprir aquela promessa feita em uma reunião no Rio ao ex-presidente do Banco Central, Armínio Fraga. Segundo Singer (2012):

Na aparência, tendo vencido a eleição de 2002 envolto ainda por restos da aura do movimento operário dos anos 1980, o ex-metalúrgico apenas manteve a ordem neoliberal estabelecida nos mandatos Collor e FHC. Decidido a evitar o confronto com o capital, Lula adotou política econômica conversadora. Nos dois primeiros meses de 2003, o Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central (BC) aumentou os juros de 25% para 26,5%. De modo a pagar a dívida contraída com essa elevação, o Executivo subiu a meta de superávit primário de 3,75% em 2002, já considerada alta, para 4,25% do PIB (Produto Interno Bruto) e anunciou em fevereiro enorme corte, de 14,3 bilhões de reais, no orçamento público (...) O poder de compra do salário mínimo foi praticamente congelado em 2003 e 2004. Para completar o pacote, o presidente desceu a rampa do Planalto à frente de extensa comitiva para entregar pessoalmente ao Congresso projeto com reforma conservadora da Previdência Social (p.10).

Lula também surpreendeu ao divulgar o nome dos profissionais que iriam compor os quadros de sua equipe econômica. Talvez as nomeações mais chocantes tenham sido a do médico e ex-prefeito de Ribeirão Preto, Antônio Palocci, para comandar a pasta da Fazenda, que se esperava seria comandada pelo economista da PUC-SP, Aloysio Mercadante, ou o professor da Unicamp, Guido Mantega; assim como a presidência do Banco Central, que ficou a cargo do economista Henrique Meirelles, nome conhecido e respeitado do mercado, vindo diretamente do PSDB, e

que, como bem lembra a jornalista Miriam Leitão, era detestado pelas lideranças petistas (LEITÃO, 2011, p.401).

De acordo com o estudo de Singer, os reflexos das decisões tomadas por Lula durante os primeiros anos de seu mandato – principalmente o biênio 2003-2004 -, assim como por sua equipe econômica foram sentidos na economia do país. O desemprego aumentou, passou de 10,5% em dezembro de 2002, para 10,9% em dezembro de 2003 (SINGER, 2012). A renda média do trabalho também caiu 12,3%, enquanto que as instituições financeiras tiveram ganhos de 6,3% (SINGER, 2012).

Entretanto, oito anos depois, o leme deste barco estaria apontado para outros rumos. Os juros estavam caindo, o superávit primário foi reduzido, o salário mínimo crescia acima da inflação, além de um dado muito significativo do ponto de vista social: 12 milhões de famílias recebiam auxílio do Programa Bolsa Família. Singer (2012), acrescenta que “O crescimento do PIB, em 2010, pulou para 7,5%. O desemprego, em dezembro, havia caído para 5,3%, taxa considerada pelos economistas próxima do pleno emprego” e também que “O índice de Gini, que mede a desigualdade de renda, foi de 0,5886 em 2002 para 0,5304 em 2010.” (SINGER, 2012)

O governo do presidente Lula também soube aproveitar os bons ventos que vieram do exterior para botar em prática sua política econômica. De 2003 a 2007 o mundo viveu uma época de crescimento, sendo que o nosso país também cresceu, obtendo recordes na exportação de commodities como soja e minério de ferro, produtos essenciais na nossa pauta de exportação.

É possível concluir a partir das informações acima que o governo Lula utilizou uma política de combate à miséria e de ativação do mercado interno, sem com isso entrar em confronto com o os donos do capital.

De acordo com Singer, essa política deslocou uma grande massa de eleitores que antes votavam nos políticos do PFL, ou seja, aqueles que estão abaixo da linha da pobreza, para si, afastando muitos eleitores antigos, pertencentes à classe média que, ou estavam desgostosos com as denúncias de corrupção surgidas com o caso do “mensalão”, em 2005, ou com a abrupta mudança de ideologia da parte

dominante do partido, ou ainda aqueles que se decepcionaram com a queda da desigualdade e se aglutinaram ao redor do principal partido de oposição, o PSDB. Surge assim, segundo Singer, em 2006, a divisão eleitoral que tanto marcou as eleições de 2014, entre “pobres” e “ricos” ou, como o autor prefere chamar, entre “incluídos” e “excluídos”.

De volta às questões econômicas do período Lula: em 2006, o ministro Antônio Palocci tem seu nome envolvido no escândalo na quebra do sigilo bancário do caseiro que o acusou de frequentar uma casa de lobistas (LEITÃO, 2011, p.403). Ele é afastado do cargo, no seu lugar assume o economista Guido Mantega, que quebra com a forma de conduzir a economia de seu antecessor e põe em práticas alguns antigos pensamentos petistas. Ainda segundo Leitão (2011):

A pressão para relaxar a política fiscal foi forte durante todo o governo Lula. Palocci segurou a pressão, Guido Mantega não teve força, vontade nem convicção para fazer isso. O governo terminou com preocupantes sinais de que velhas práticas estavam de volta (p. 403).

Em 2007, o governo do presidente Lula anuncia a criação do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento -, que tinha como objetivo incentivar e desenvolver obras de infraestrutura que auxiliariam o país a ser mais competitivo. A grande “gerente” do PAC era a atual ministra da Casa Civil, que entrara no lugar de José Dirceu, Dilma Rousseff. Este projeto seria a sua vitrine para sua candidatura à sucessora de Lula.

4.5- “A mãe do PAC”: O governo Dilma Rousseff

As eleições de 2010 foram as primeiras da vida de Dilma Vana Rousseff. A mineira, que passou boa parte de sua vida no Rio Grande do Sul, se formou em ciências econômicas, e antes de chegar à Presidência da República, quando foi eleita com 56,05% dos votos, havia exercido quatro cargos executivos ao longo de sua carreira pública: secretária da Fazenda de Porto Alegre, em 1986; secretária de Energia, Minas e Comunicação do Rio Grande do Sul, em 1993; ministra de Minas e Energia, em 2003; e ministra-chefe da Casa Civil, em 2005.

Se Fernando Henrique Cardoso entrou no governo para frear a inflação e Lula para encarar a pobreza e a desigualdade de frente, Dilma tinha a intenção de seguir com os programas de assistência social e no combate à desigualdade, mas também de estabelecer uma agenda desenvolvimentista, que priorizaria obras de infraestrutura que além de melhorarem os padrões de competitividade do país, também gerariam empregos e assegurariam o crescimento econômico por mais alguns anos.

Ao assumir a Presidência, Dilma se deparou com um cenário bastante diferente do enfrentado por seus dois antecessores – e muito mais tranquilo.

A grande demanda por commodities – em especial soja, petróleo e minério de ferro -, combinada com o aquecimento do mercado interno, impulsionado pela expansão do crédito, ainda garantiam uma situação econômica estável ao país. Politicamente, Dilma contava com o que mais deseja um presidente: apoio. Quando iniciou seu primeiro mandato, tinha 80% do Congresso Nacional ao seu lado. E, para completar, sua maneira discreta, estritamente técnica, afastada dos escândalos de corrupção que envolviam quadros históricos do PT, agradou a tão exigente classe média que, até então, estava desgostosa com os homens fortes de Lula, como José Dirceu, José Genoíno e Antônio Pallocci. Os dois primeiros condenados pelo esquema conhecido como Mensalão, e o terceiro com a reputação manchada após denúncias de que frequentaria uma casa onde reunia lobistas e garotas de programa.

Em matéria publicada na edição 97 da revista Piauí, a jornalista Daniela Pinheiro pinta um retrato meticuloso do primeiro mandato da presidente, ouvindo 26 fontes ligadas diretamente à mandatária da República. Segundo a autora, até mesmo a conservadora mídia brasileira parecia se identificar com a nova presidente, assim como o empresariado. Neste trecho Pinheiro (2014) descreve:

O empresariado estava encantado. Como havia assumido o governo com o dólar depreciado, o que prejudicava a indústria, Dilma Rousseff procurou beneficiar o setor controlando o câmbio, por exemplo. Preparava o maior pacote de concessões da história, que daria à iniciativa privada um bom pedaço das

estradas, aeroportos e ferrovias do país. Com a imprensa, o clima era de início de namoro. (p.20)

Em 2011, os institutos de pesquisa registram um novo recorde do recente período democrático: o de presidente que alcançou maior índice de popularidade. Neste ano, 59% dos brasileiros classificaram o governo da presidente Dilma Rousseff como ótimo ou bom. O clima, portanto, era de lua de mel entre o Brasil e sua presidenta (PINHEIRO, 2014).

Ainda em suas primeiras semanas de mandato, a presidente já dera o tom de como seria o seu governo, e de que sabia tomar decisões próprias, apesar de alguns ponderarem que sempre se deixaria levar pelas opiniões de Lula, seu padrinho político. Vetou a distribuição de cargos federais, anunciou corte de R\$ 50 bilhões em gastos, criou a Comissão da Verdade, com o intuito de investigar os crimes e punir culpados da ditadura militar – da qual ela própria fora vítima -, e aprovou a Lei de Acesso à Informação (PINHEIRO, 2014).

Na área econômica, em 2011, enquanto o mundo passava por uma de suas mais violentas crises, e desempregava milhares de pessoas, o Brasil criava 2 milhões de empregos, alcançando o nível de desemprego mais baixo de sua história até então: 5,4%, de acordo com dados do IBGE.

Dilma seguiu a receita dos juros baixos para incentivar o consumo e sustentar a economia, desenvolvida pelo seu antecessor. Além disso, forçou os juros dos bancos públicos ladeira abaixo para tentar obrigar as instituições privadas a tomarem o mesmo caminho.

Apesar disso, o período tranquilo do governo de Dilma Rousseff durou pouco. Durante todo o seu primeiro mandato, uma série de decisões e desafios a levaram a um desgaste recorde de imagem e à dificuldade de conseguir assegurar uma continuação de sua gestão em 2014.

Primeiramente, em julho de 2011, pouco mais de seis meses depois de assumida a Presidência, uma peça chave para interlocução política em Brasília do seu governo pediu demissão por conta de denúncias de corrupção. Antônio Pallocci,

que exercia o cargo de ministro-chefe da Casa Civil, caiu por sofrer denúncias por improbidade administrativa, sustentadas pelo fato de seu patrimônio ter crescido 20 vezes em apenas quatro anos.

Dilma também iniciou um processo de demissões em série. Em seis meses, sete ministros foram trocados, seis deles envolvidos em escândalos de corrupção. Como assinalou a jornalista Daniela Pinheiro em sua matéria, se com isso Dilma ganhou a admiração e o apoio dos eleitores e da classe média, incomodou, na mesma proporção, a classe política, principalmente os políticos da sua própria base.

Aliás, uma das marcas da gestão de Dilma foi a dificuldade que a presidente encontrou para lidar com a classe política. A presidente é conhecida pela sua falta de tato para lidar com os interlocutores, além de sua falta de disposição para atender quem quer que seja: movimentos sociais, políticos, empresários, entre outros. Essa falta de diálogo com aliados levou à perda de apoio, mesmo que não oficialmente declarada.

Dilma também é conhecida pela sua personalidade forte e controladora, e por exercer uma forte influência sobre as decisões dos ministros mais importantes do governo, como ficou evidente no caso do ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Mesmo com a inflação ultrapassando o teto da meta – 4,5% - nos últimos anos de governo, o ministro bancou uma política de redução de juros e se recusava a aceitar que a receita da expansão do consumo interno para aquecer a economia havia se esgotado. Em vez disso, pressionado pela presidente, garantiu o congelamento de preços da energia elétrica, fazendo um acordo com as distribuidoras de energia, em que o governo renovava antecipadamente em mais 20 anos as concessões. A ação gerou problemas no setor elétrico, que acabou tendo que buscar ajuda financeira com o governo. Também foi represado o preço dos combustíveis pela Petrobrás. A intervenção governamental fez a estatal ter prejuízos, além de ter seu valor reduzido na Bolsa de Valores.

Outra política iniciada por Lula e continuada por Dilma para estimular o consumo interno foi o desenvolvimento de uma série de pacotes de incentivos para determinados setores da economia, como o automotivo e o de linha branca.

Economistas de pensamento de linhagem liberal, Fábio Giambiagi e Alexandre Schwartzman (2014), criticam este tipo de atenção especial que o governo dava a alguns setores para que estes auxiliassem no aquecimento da economia, e logo, no crescimento do país. Segundo estes:

O curioso é que, dentro do governo, a política da desoneração é vista como uma “guinada no estatismo”. Ou, nos termos em que esta colocação foi feita: A Dilma, ministra-chefe da Casa Civil do Governo Lula, acreditava que o Estado, com seus investimentos, faria o país crescer. A Dilma, Presidente da República, entendeu que há limitações e entendeu que é preciso trazer a iniciativa privada para o crescimento econômico (p.160).

Outra questão que abalou a credibilidade da gestão do ministro Guido Mantega à frente da pasta da Fazenda foi a manipulação dos cálculos do governo de forma a melhorar os resultados e ocultar déficits, apelidada pela imprensa de “contabilidade criativa”.

Em junho de 2013, uma onda de manifestações iniciadas em São Paulo por conta do aumento da tarifa do transporte público veio engrossar o caldo da desmoralização do governo. Os protestos se alastraram e atingiram outras regiões do país, tomando diferentes formas: alguns protestavam contra os gastos para a realização da Copa do Mundo, outros demandavam a melhora de serviços básicos como educação e saúde, porém a voz do povo nas ruas, apesar de difusa, era uma clara crítica aos políticos e partidos brasileiros, independentemente da corrente ideológica partidária a que pertenciam.

Após as manifestações, o índice de aprovação da presidente caiu de 57% para 30%. Foi nesse momento, quando o Congresso também queria melhorar sua imagem junto à população, que a presidente aproveitou para aprovar projetos contra a corrupção, lançou o programa Mais Médicos, aprovou no Congresso a lei que destina à educação todos os royalties do pré-sal, além de ensaiar uma aproximação com movimentos comunitários, sociais, empresários, ministros. Nessa direção, a presidente passou, inclusive, a utilizar mais sua conta na rede social Twitter.

Já nas eleições de 2014, Dilma lançou-se candidata mesmo embalada pelo coro do “Volta Lula”, tanto por parte dos filiados e políticos do partido, como do eleitorado. Enfrentou uma eleição cheia de altos e baixos, com a súbita morte do candidato Eduardo Campos em um acidente de avião, a repentina volta de Marina Silva – vice da chapa de Campos - ao páreo da conquista pela Presidência, e a vitória suada sobre o candidato Aécio Neves, do PSDB, na mais dividida e raivosa eleição que os eleitores do país já assistiram e participaram depois do regime militar.

Os resultados econômicos de seu final de governo contribuíram para tumultuar o ambiente durante o período eleitoral. Com a dificuldade de manter a inflação controlada, seus opositores usaram e abusaram da memória inflacionária brasileira para criticar os rumos da política econômica. Para agravar o quadro, a época da eleição de 2014 coincidiu com o período da desaceleração da economia chinesa, nosso principal parceiro comercial e comprador de commodities, o que deu fim ao longo período de superávits na Balança Comercial. Junte-se a esses dois pontos a desaceleração da produção industrial brasileira, o que gerou um leve aumento no desemprego, e engrossou o coro dos que acreditam que o país passa por um processo de desindustrialização.

No trecho abaixo, Giambiagi e Schwartzman (2014) tentam diagnosticar esse problema que vem afetando a indústria nos últimos anos:

De acordo com nosso diagnóstico, esse comportamento resulta essencialmente dos limites à expansão da oferta, em particular, o aperto no mercado de trabalho. Recapitulando, o aumento de salários acima do crescimento da produtividade implica elevação dos custos por trabalhador, cujo repasse é mais difícil no setor industrial, sujeito à concorrência internacional, do que no setor de serviços, que não é. O resultado é a compressão de margens no setor e, portanto, um desempenho fraco do ponto de vista de crescimento (p.162).

Driblando todas as dificuldades e contrariando a previsão de muitos, Dilma conseguiu mais um mandato, e ficará a critério do tempo determinar como ele ficará marcado na história brasileira.

5 AS ELEIÇÕES DE 2002 E 2014

5.1 Eleições de 2002 e a herança de FHC

Diferentemente do que aconteceu em seus primeiros quatro anos de governo, quando o país estava satisfeito demais com a brusca queda da inflação e a estabilidade da moeda para poder sequer criticá-lo, Fernando Henrique Cardoso, como expresso no primeiro capítulo desta pesquisa, não pôde gozar da mesma situação em seu segundo mandato, que durou de 1999 a 2002.

Somente lembrando o que já foi dito, no final do primeiro mandato de FHC, o Brasil, que ainda se sustentava em um regime de ancoragem cambial com a moeda norte-americana, se viu prejudicado por uma evasão do capital estrangeiro dos mercados em desenvolvimento em decorrência das crises mexicana, asiática e russa. Isso fez com que o governo não só tivesse de recorrer e pedir empréstimos ao Fundo Monetário Internacional (FMI), como também aumentar as taxas de juros que ultrapassaram os 40%, o que causou desaceleração econômica, desemprego e aumento da dívida pública.

Como já citado previamente, em meio a este cenário, o desgaste da imagem do presidente foi inevitável. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha em 1999, primeiro ano de seu segundo mandato, registrou que somente 13% dos entrevistados classificaram o governo da época como “bom ou ótimo”. Somente para constar, atualmente, a realidade que vive a presidente Dilma Rousseff não é diferente, sendo que, de acordo com pesquisas do mesmo instituto a presidente possui o mesmo índice de aprovação de Fernando Henrique em 1999, 13%.

Foi tendo este ambiente como pano de fundo que os partidos começaram a se articular para decidir quem seriam os candidatos à sucessão de Fernando Henrique Cardoso.

Em seu próprio partido, o PSDB, houve uma acirrada disputa interna entre o ex-governador do Ceará, Tasso Jereissati, e o então ministro da Saúde, José Serra. O nome do então ministro da educação, Paulo Renato Souza, também circulou no partido como uma possibilidade, mas ele abriu mão de disputar as eleições internas do partido, apoiando o candidato José Serra.

Quando questionado pelo jornalista Geneton Moraes Neto (2005), em uma série de entrevistas realizadas com os presidentes, sobre quem Fernando Henrique acreditava ser o homem certo para ser seu sucessor, ele falou sobre o momento da decisão do partido da seguinte forma:

É difícil responder, porque a sucessão não depende só de você: os candidatos é que vão se fazendo. Para dizer a verdade, no final, havia dois candidatos: Tasso Jereissati e José Serra. Eu tinha dificuldades de opção – não sob aspectos pessoais, mas em termos de quem poderia ganhar, quem somaria mais força. É questão política, não é pessoal. Qualquer um dos dois seria um sucessor bastante competente. Tinham características diferentes, mas eram bastante competentes (p.213).

Já o PFL (Partido da Frente Liberal, atual Democratas) – principal aliado do governo – tinha como intuito lançar como candidata a então governadora do Maranhão, Roseana Sarney, filha do ex-presidente José Sarney. Ainda quando as candidaturas não estavam oficializadas e os institutos desenvolviam pesquisas com possíveis presidenciáveis, Roseana Sarney alcançou o segundo lugar, com 23% das intenções de voto, atrás somente de Lula, que possuía 26%.⁴

Entretanto, a governadora teve que desistir da candidatura após a deflagração, em março 2002, da Operação Lunus da Polícia Federal, que descobriu esquemas de corrupção envolvendo o governo do Maranhão e a empresa do então marido da governadora, Jorge Murad.

O delegado da operação foi flagrado enviando um fax das dependências da Lunus – a empresa de Murad que tinha Roseana como sócia – para o Palácio da Alvorada, o que levou a opinião pública a deduzir que o governo havia dado a ordem para investigar a governadora do Maranhão com o intuito de tirá-la da corrida eleitoral, e auxiliar José Serra na campanha presidencial. Esses rumores

⁴ Pesquisa Instituto Datafolha publicada na versão online do jornal Folha de São Paulo no dia 24/02/2002

despertaram a ira do clã Sarney que, por conta do ocorrido, deu apoio à candidatura de Lula.

Enquanto isso, no Partido dos Trabalhadores, a vitória de Lula sobre o então senador por São Paulo, Eduardo Suplicy, foi esmagadora nas prévias internas do partido: 80%. Uma das particularidades dessa campanha para o PT foram as alianças, feitas com os seguintes partidos: PL (Partido Liberal), PMN (Partido da Mobilização Nacional), PP (Partido Progressista), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), alguns grupos do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), como o clã dos Sarney, o PC do B (Partido Comunista do Brasil) e PCB (Partido Comunista Brasileiro).

Este alinhamento entre siglas e grupos conservadores e progressistas da política deu origem ao que chamam de Lulismo, um sistema que estabelece políticas para a redução da desigualdade, porém de maneira gradativa, sem destruir ou romper prontamente com a ordem conservadora pré-estabelecida no país (SINGER, 2012, p.52).

Essa nova política adotada pelo PT não agradou as alas mais radicais do partido representadas, principalmente, pela senadora Heloísa Helena. Esses dissidentes criaram o PSOL – Partido Socialismo e Liberdade.

O Partido Popular Socialista (PPS) também lançou um forte candidato próprio ao cargo, o ex-governador do Ceará, Ciro Gomes. Antes de entrar no PPS, Ciro passou pela Arena, PMDB e PSDB, e, além de ex-governador do Ceará, foi também deputado federal e ministro da Fazenda do Governo Itamar. O resultado da aliança de seu partido com o PDT e o PTB – dois partidos ligados às causas operárias – formou a Frente Trabalhista. Outros grupos políticos ligados a outros partidos também apoiaram sua candidatura, como foi o caso de seu padrinho político, Tasso Jereissati, que teve a candidatura preterida em seu partido em nome de José Serra.

Ciro Gomes também deixou sua marca nessas eleições por uma questão pessoal. Alguns anos antes da disputa, ele havia se envolvido em um caso extraconjugal com a atriz global, Patrícia Pillar. Em 1999, separou-se da esposa,

Patrícia Saboya, com quem era casado desde 1983, e casou-se com a atriz, que participou ativamente da campanha do marido.

Em seu livro de memórias, Fernando Henrique relata que quando começou a sondar os mais fortes candidatos a assumir o seu posto, com o objetivo de entender qual seria a postura de cada um em relação à política econômica e à manutenção dos pilares que sustentavam o real, teve uma má impressão de Ciro. Neste trecho, Cardoso (2006) relata:

Ciro Gomes, candidato da coligação PPS-PDT-PTB, me parecia caso perdido. Tinha a pretensão de conhecer economia e proferia incessantemente declarações megalômanas. Apesar de sua boa situação nas pesquisas de intenção de voto, decidi que não era o caso de conversarmos com ele. Eu confiava em que Serra disputaria o segundo turno, mesmo quando muitos desanimaram. Não via senão vantagens em informar o PT sobre a situação financeira, pois ao final, pensava, um dos dois, Serra, em quem confiava, ou Lula, governaria o Brasil. (p.434)

O PSB também lançou candidato próprio nessas eleições, o ex-governador do Rio de Janeiro, Antony Garotinho. Garotinho congregava ao redor de si um grupo de pequenos partidos como o PTC (Partido Trabalhista Cristão) e o PGT (Partido Geral dos Trabalhadores, que mais tarde foi incorporado ao PL).

Duas dissidências do PT, o PCO (Partido da Causa Operária) e o PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados) também lançaram candidatos: Rui Costa Pimenta e José Maria de Almeida, respectivamente.

Apesar de Lula ter tido uma votação expressiva no primeiro turno, colocando-o mais de vinte pontos à frente do segundo colocado, José Serra, as eleições foram para o segundo turno, pois, somados, o segundo e terceiro colocado, Antony Garotinho e Ciro Gomes, abocanharam 29,83% do eleitorado. Lula conquistou 46,44% dos votos, enquanto José Serra obteve 23,19%.

No segundo turno, Lula recebeu o apoio tanto de Ciro quanto de Garotinho. Este último ficou relutante em apoiar o petista, entretanto, pressionado por membros da coligação, acabou firmando a aliança.

Isolado na disputa, José Serra teve 38,72% dos votos, enquanto Lula foi eleito com 61,27% dos votos.

5.2 Eleições 2014: nervos aflorados e a economia no centro dos debates

Ainda em 2013 – dois anos antes do fim de seu primeiro mandato – a presidente Dilma Rousseff não mais gozava da popularidade de seu início de mandato, pode-se afirmar que a lua de mel entre a presidente e diversos setores do país havia acabado e alguns fatos indicavam que o eminente divórcio estava próximo.

Primeiramente, a imagem da presidente estava desgastada por conta de questões econômicas. A inflação que custava a baixar, a desconfiança que o mercado possuía em relação à presidente e sua equipe econômica, os problemas fiscais, a falta de crescimento, são somente alguns dos fatores econômicos que nortearam o discurso econômico de opositores e imprensa durante as eleições.

Este protagonismo dos problemas econômicos brasileiros nas eleições de 2014 será analisado e detalhado mais adiante neste trabalho, o que auxiliará a ilustrar e a corroborar a afirmação feita no parágrafo anterior.

Politicamente, a imagem da presidente também estava desgastada. Como citado anteriormente, Dilma sempre teve problemas para lidar, com a classe política brasileira. Aliás, não só com a política, mas com demais segmentos sociais que, no geral, vão até o presidente da República para pedir favores ou cobrar explicações, como o empresariado, os movimentos sociais e a imprensa. Até mesmo dentro do próprio PT, Dilma estava começando a colecionar inimizades. Pouco antes da definição do nome que concorreria à presidência iniciou-se nas entranhas do partido o movimento “Volta Lula”, que visava organizar o partido para lançar o nome do ex-presidente já nas eleições de 2014.

Para terminar de compor esse cenário desastroso, a popularidade da presidente despencava cada dia mais. As manifestações de junho de 2013, que tiveram início por conta do aumento da passagem do transporte público no Estado de São Paulo, mas se espalharam pelo país em pouco tempo na forma das mais variadas demandas, foi um dos grandes fatores de abalo à popularidade da presidente, apesar dos movimentos se posicionarem como apartidários.

Além disso, os gastos excessivos com as obras para a Copa do Mundo também amplificaram o processo de corrosão da popularidade da presidente, fazendo com que, inclusive, ela tenha sido vaiada durante a abertura dos jogos, na Arena Corinthians.

Ainda em 2013, no meio desse vendaval de acontecimentos, os partidos já começam a lançar seus candidatos.

Em outubro, Eduardo Campos – ex-governador de Pernambuco, além de ex-ministro da gestão Lula – anuncia sua candidatura, se posicionando como uma opção de terceira via, ou seja, que quebra com a lógica binária e dicotômica construída ao longo dos anos entre PT e PSDB. Em abril de 2014, alia-se à ex-senadora Marina Silva, que ficou impossibilitada de concorrer à presidência, pois o partido que tentou fundar, o Rede Sustentabilidade, não conseguiu o número suficiente de assinaturas exigidas pelas leis eleitorais.

No mês seguinte, foi a vez do PSDB decidir quem seria o candidato do partido ao Planalto. Na disputa entre o ex-governador e senador por Minas Gerais, Aécio Neves – neto do ex-presidente Tancredo Neves -, e o ex-governador de São Paulo, José Serra, o mineiro saiu-se vitorioso, sendo que Serra aceitou se candidatar a uma vaga no Senado por São Paulo.

Além desses dois fortes concorrentes, essa eleição contou com a candidatura de coadjuvantes de diferentes tendências ideológicas, tais como Luciana Genro, do PSOL; Eduardo Jorge, do PV; Pastor Everaldo, do PSC; Levy Fidelix, do PRTB; José Maria Eymael, do PSDC; José Maria de Almeida, do PSTU; Mauro Iasi, do PCB; e Rui Costa Pimenta, do PCO.

Quando a corrida eleitoral teve início, em julho de 2014, o cenário não era muito distinto de eleições anteriores. As pesquisas sinalizavam que, apesar do grande número de candidatos, o embate seria mesmo, mais uma vez, polarizado entre PT e PSDB. Pesquisa Ibope divulgada em 22 de julho de 2014 mostrava a petista à frente, com 38% dos votos, seguida por Aécio Neves, que possuía 22%. Eduardo Campos estava em terceiro lugar, mas bem atrás, com apenas 8% das intenções de votos.

Entretanto, o cenário eleitoral mudou radicalmente em 13 de agosto. Um dia depois após dar a tradicional entrevista ao Jornal Nacional (em todas as eleições presidenciais o JN faz uma rodada de entrevistas com os quatro candidatos de melhor desempenho na campanha), o candidato Eduardo Campos pegou um voo que deveria levá-lo do Rio de Janeiro até o Guarujá, no litoral paulista, cidade onde o candidato tinha compromissos de campanha na manhã seguinte. Chegando próximo ao local, o avião não conseguiu aterrissar e caiu em uma área residencial na cidade de Santos. O ex-governador e mais seis pessoas que estavam no avião morreram.

Esse acontecimento abalou os ânimos não somente do país, que se comoveu com a tragédia do simpático neto do governador Miguel Arraes, que deixava, aos 48 anos, mulher e cinco filhos, mas também toda a classe política brasileira, que além de ter de lidar com a perda de um grande líder político, precisou recalcular a rota de uma eleição que perdeu o rumo até a oficialização da candidatura de Marina Silva como substituta de Campos.

Os resultados das primeiras pesquisas que incluem a ex-senadora na corrida presidencial demonstram como sua entrada abalou as estruturas das campanhas de Aécio e Dilma, e exigiu medidas emergenciais: Dilma, que antes tinha 38%, foi para 34%; seguida de perto por Marina que, com 29% das intenções de voto, ultrapassou o candidato tucano, que caiu para 19%.

Em um eventual segundo turno o resultado seria ainda mais surpreendente. A candidata do PSB aparecia isolada no primeiro lugar, com 45% das intenções de voto, contra 36% da presidente.

Todo o período que antecedeu o primeiro turno foi completamente incerto. Aécio e Marina se revezavam no segundo lugar e, muitas vezes, chegaram bastante próximos de Dilma. As pesquisas indicavam que a presidente estaria no segundo turno, a questão era saber com quem, o que a nação só conseguiu saber quando o Tribunal Superior Eleitoral computou todos os votos.

A proposta de uma “Terceira Via” – como havia proposto Campos, ideia depois abraçada por Marina – fracassou com a derrota da candidata, que conquistou 21,3% dos votos. Dilma ganhou 41,5% dos votos, enquanto Aécio, com 33,5%, garantiu seu lugar no segundo turno e a continuação da polarização entre PSDB e PT.

O segundo turno não foi menos incerto do que o primeiro. As pesquisas mostravam que a eleição seria decidida no dia e no voto a voto. Os partidos dos candidatos que deixaram a disputa começaram a se mexer para decidir quem apoiar, e os eleitores transformaram as principais redes sociais em uma arena de discussões, brigas e até xingamentos, como se não se tratasse de uma disputa eleitoral, mas um clássico do futebol.

Aécio conseguiu o apoio do PPS, PV, PSC, PSDC, PRTB, PSB e, principalmente, da candidata Marina Silva e da viúva do candidato Eduardo Campos, Renata Campos. PSOL e PSTU não manifestaram apoio a nenhum dos dois e Dilma ficou isolada somente com os partidos que já a apoiaram no primeiro turno.

Enquanto os políticos faziam alianças e aglutinações, eleitores – de ambos os lados – travavam batalhas cotidianas com familiares, vizinhos, colegas de trabalho, amigos; valia tudo para convencer os outros que com mais quatro anos de Dilma o Brasil viraria uma filial cubana; ou que com Aécio no poder, a elite, branca e alienada, que não quer o fim da desigualdade social no país, nos levaria com certeza de volta à época das capitânias hereditárias.

A professora Heloisa Dias Bezerra, da Universidade Federal de Goiás, tentou esboçar uma hipótese sobre o comportamento político atípico do eleitor brasileiro, dando a ele um nome: Síndrome do Veto Útil.

Em seu texto Bezerra (2014) descreve que no primeiro turno muitos eleitores foram às urnas para praticar o chamado “voto útil”, ou seja, deixaram de votar em candidatos com quem realmente se identificavam para depositar seu voto naquele que possuía mais chances de derrotar o candidato ou legenda da qual não gostavam (BEZERRA, 2014, p.18).

Portanto, no segundo turno, a professora acredita que houve o que ela batizou de “Síndrome do Veto Útil”, quando os eleitores se alinham para votar em um candidato simplesmente por ele representar a antítese do outro. Neste trecho, Bezerra (2014) explica que:

Partindo dessas e de outras indagações, comecei a especular sobre o que batizei de “síndrome do veto útil”, um esboço de hipótese sobre a atitude do eleitorado no segundo turno, que, ao se alinhar à candidatura Dilma ou à candidatura Aécio, teria manifestado uma condição política de veto ao outro, o arquétipo do inimigo. Um fenômeno de caráter multicausal, com manifestações típicas de uma condição política episódica, geradora de uma atitude política de matiz variada, mas com uma face bem definida que consistiu no veto ao outro/inimigo (p.18).

O engajamento popular durante toda a eleição de 2014 - mas principalmente no segundo turno - foi além do voto. Embates em redes sociais, campanhas nas ruas, passeatas, os comentários em redes sociais sobre as performances dos candidatos nos debates dos candidatos na televisão; fazia muito tempo que uma eleição não rendia tanta conversa e até brigas entre os brasileiros.

Após o primeiro turno, os discursos fascistas, xenófobos, preconceituosos e separatistas circulavam como nunca na internet. O Safernet – uma organização não governamental que monitora crimes de ódio pela internet – revelou que recebeu 3,7 mil denúncias de ódio relacionadas à eleição próximas ao segundo turno.

A utilização do aplicativo de mensagens instantâneas WhatsApp por parte dos eleitores para debaterem política, fazer campanha e, até mesmo, espalharem boatos também foi uma das singularidades que marcaram a campanha de 2014.

O renomado jornalista e colunista do Jornal Folha de S. Paulo, Janio de Freitas, acredita que o que estava dividido no país eram os votos, não o Brasil, como difundido durante a campanha pela imprensa e como as próprias redes sociais pareciam mostrar. De fato, diversos eleitores se mostraram muito insatisfeitos com todos os candidatos disponíveis na eleição, e o número de brasileiro que se absteve de dar sua opinião nas urnas foi grande. No seguinte trecho, Freitas (2014) mostra números interessantes que ajudam a entender a questão:

Há que considerar ainda, na divisão do país, a quantidade imensa de eleitores que não se manifestaram por um nem por outro candidato. Os ausentes na votação foram 30,13 milhões. Os que anularam o voto, 5,21 milhões. Somados também os que deixaram o voto em branco, totalizam-se 37,27 milhões de eleitores. Ou 27,44% do eleitorado. Excluídos os possíveis ausentes por morte, não é imaginável que esse povaréu, quase um quinto da população, seja desprovido de toda preferência com sentido político. A propaganda de divisão meio a meio os elimina do cômputo, mas existem e são comprovantes, também, do país multifacetado --como sempre. (FREITAS, Janio. Folha de S. Paulo, 28/10/2014)

Porém, o ruído provocado pelos usuários das redes sociais, imprensa e a classe política abafou a opaca voz dos que preferiram se abster das emoções dessa eleição.

O segundo turno não se diferenciou em nada do primeiro. Era impossível saber quem ganharia, as pesquisas apontavam que os dois candidatos estavam muito próximos um do outro, tanto que Dilma garantiu seu segundo mandato conquistando 51,64% do eleitorado contra 48,36% de Aécio, uma vitória apertadíssima, decidida pelo Estado onde os dois nasceram, e no qual Aécio havia trilhado a sua carreira política, Minas Gerais.

6 SOBRE AS VARIÁVEIS ECONÔMICAS AVALIADAS: INFLAÇÃO E DESEMPREGO E SUAS TRAJETÓRIAS NO BRASIL

6.1 Inflação: problema crônico, medo constante

A inflação – assim como o desemprego, do qual trataremos mais adiante – foi selecionada para ser uma das variáveis econômicas e servir de objeto de análise desta pesquisa pelo seu peso e importância junto à população.

No geral, a economia é um assunto distante para os brasileiros, que não compreendem bem como as mais variadas vertentes afetam diretamente suas vidas. Entretanto, quando o assunto é inflação e desemprego a coisa muda de figura.

Os brasileiros entendem que o aumento dos índices de inflação impactam diretamente seu cotidiano e suas vidas. Sabem, por exemplo, que as compras no supermercado ficarão mais caras, as mensalidades escolares também, a tarifa do transporte público irá ser reajustada; ou seja, mesmo que inconscientemente, brasileiros de todas as classes sociais sabem que seu poder de compra será reduzido.

Este capítulo tem o objetivo de falar brevemente sobre a trajetória da inflação no país, que remonta os tempos imperiais e vai até os graves problemas enfrentados nas décadas de 1980 e início de 1990.

Obviamente, nosso objetivo não é entrar em detalhes sobre o tema – isto, na verdade, poderia render um estudo à parte –, mas observar momentos pontuais de nossa história em que a inflação foi um personagem muito ativo e presente, para conseguirmos compreender como chegamos ao ano de 2014 traumatizados com o aumento acelerado de preços e a desvalorização descontrolada da moeda.

Primeiramente, quando falamos da trajetória da inflação no país, é necessário concordar com o que fala. De uma maneira até um pouco jocosa, a jornalista Miriam Leitão (2014) diz, em seu livro “A Saga Brasileira – a luta de um povo pela sua moeda”: “Se recuarmos mais na história a tendência será concluir que a inflação é tão velha como o Brasil”.

Quando analisada a forma como o indicador sempre participou da história brasileira, também é possível afirmar que a inflação age de maneira pendular. Isso é: os períodos de inflação quase sempre vêm acompanhados de crescimento econômico, porém, uma vez que ela está descontrolada, ministros lançam mão de medidas ortodoxas que restringem o crescimento econômico e arrastam o país, muitas vezes, para um período posterior de estagnação e desemprego.

Para mostrar como esse sistema pendular da inflação funciona, analisemos momentos pontuais da história brasileira, nos quais a inflação teve papel de protagonista.

Antes da Família Real Portuguesa desembarcar no Brasil, em 1808, circulavam no país moedas portuguesas, espanholas, holandesas ou de qualquer outro povo que tivesse invadido o país. Até mesmo os escravos possuíam sua moeda própria, conhecida como jimbo, que nada mais era do que um tipo específico de concha utilizada no Congo como moeda, encontrada pelos escravos no litoral baiano.

Este cenário muda no final do século XVII. Concomitantemente à fundação da Casa da Moeda, que ficava no Estado da Bahia, encontrou-se ouro na região de Minas Gerais; a partir daí, o ouro das minas seguia para a Casa da Moeda, onde era transformado em divisa, depois era exportado para Portugal, que nos devolvia moedas de cobre para o comércio de mercadorias.

Em 1808, veio outra mudança. Com a vinda da corte portuguesa para o país o ouro brasileiro volta para o Brasil, e o príncipe regente, D. João VI vê a necessidade de criar um banco no país. Surge, assim o Banco do Brasil. Além do primeiro banco brasileiro D. João também é responsável pelo primeiro surto inflacionário do país, pois financiou toda a vigem da corte para o Brasil cunhando moedas.

Com a volta da corte para Portugal em 1821, D. João retira do Banco do Brasil toda a reserva de ouro da instituição para levá-lo novamente para o lado de lá do Atlântico, o que leva o banco à insolvência por falta de lastro.

No ano seguinte, D. Pedro I contrai o que seria a primeira dívida externa do país, com o objetivo de saldar a dívida do reconhecimento da Independência com Portugal. O ouro daqui ia diretamente para os ingleses, nossos credores internacionais. Neste mesmo período, há um aumento da produção e da circulação de moeda, o que ocasiona inflação. Para piorar a situação, circula na economia brasileira, naquele momento, uma grande quantidade de moedas falsas.

Entretanto, os grandes problemas inflacionários não ficaram restritos aos períodos coloniais e imperiais. O primeiro ministro da Fazenda brasileiro, Rui Barbosa, elabora um plano que pretendia acelerar a industrialização baseado na emissão de dinheiro e na facilidade do crédito. Os bancos comerciais também eram autorizados a emitir moeda, o que teve como efeito colateral um processo especulativo e inflacionário. A bolha estourou, e com ela a mais conhecida crise inflacionária da Velha República, levando o nome de Crise do Encilhamento.

Para consertar a situação, Joaquim Murinho, o ministro da Fazenda que substituiu Rui Barbosa, colocou em prática um plano de combate à inflação que tinha como pilar a valorização cambial, o que levou o país à recessão. Um exemplo claro da natureza pendular da inflação no país.

Quase 100 anos depois – quando a moeda em circulação já havia sido trocada para o Cruzado– em 1964, os militares dão o primeiro passo para a hiperinflação: a eliminação dos centavos. Além disso, o governo também cria uma ferramenta que visava o controle da inflação, porém, com o tempo, só mostrou que causava mais descontrole e problemas: a correção monetária, uma forma de manter poupanças e a arrecadação do governo protegidos da corrosão inflacionária.

Já na época conhecida como Milagre Econômico, ainda sob as ordens do governo militar, o fato da produção de bens de consumo ser mais do que a de insumos, combinado com as Crises do Petróleo levou o país a um quadro inflacionário nunca visto na história do país, e que só veio se resolver com a elaboração do Plano Real, em 1994; porém que cobrou seu preço em forma de estagnação econômica e desemprego.

Com experiências tão traumáticas na política econômica brasileira em relação à inflação, ela não poderia passar despercebida pelos estudos e discussões dos acadêmicos e economistas brasileiros. Durante todo esse período surgiram diversas teorias que tentavam explicar os problemas inflacionários brasileiros.

Segundo o economista Guido Mantega, as duas principais teorias eram a Monetarista e a Estruturalista. A primeira argumenta que a inflação brasileira era um problema de demanda, de excesso de circulação de moeda na economia. Já a segunda defende que o aumento de preços está nos gargalos de infraestrutura de um país – no caso o Brasil. Mão de obra cara e pouco produtiva, uma malha logística deficitária, altos custos de energia elétrica, uma legislação tributária confusa e onerosa são somente algumas das variáveis que fazem com que, na lógica estruturalista, produtores aumentem o preço dos produtos (MANTEGA, 1984, P.102).

Segundo Mantega (1984), em 1960, Ignácio Rangel – um dos pensadores que se debruçaram sobre o assunto e que, juntamente com Celso Furtado, ergueu os pilares do Modelo de Substituição de Importações inaugurou uma terceira linha de pensamento para entender o fenômeno inflacionário brasileiro. Segundo o autor, os monopólios e oligopólios agrícolas e industriais influenciavam na alta de preços, produzindo a preços baixos e vendendo a valores muito mais altos. Ainda segundo o autor:

[...]a estrutura de comercialização dos produtos agrícolas brasileiros era controlada por um punhado de grandes empresas monopsônicas ou oligopsônicas, que açambarcavam toda a produção a preços baixos para revendê-la a preços exorbitantes aos consumidores, encarecendo os alimentos e diminuindo, assim, a aquisição dos demais produtos da cesta de consumo dos trabalhadores (pg.104).

Rangel ainda argumentava que a inflação sustentava o ânimo da economia, pois ela corrói os ativos monetários que ainda permanecem nas mãos do empresariado e da alta classe média, o que leva ambos a transformar o capital em bens materiais. Entretanto, apesar dessa ponta de otimismo sobre a inflação na

economia, é preciso lembrar que na década em que Rangel publicou suas ideias sobre inflação, não existiam mecanismos tão sofisticados de aplicação de dinheiro (MANTEGA, 1984, P.104).

Com tantos altos e baixos causados pela inflação, além dos planos econômicos desenvolvidos para combatê-la, embasados nas mais variadas escolas de pensamento econômico, e que foram responsáveis pelos mais diversos efeitos colaterais, a inflação segue sendo um fantasma a assombrar os brasileiros. O grande problema é: políticos e até mesmo a mídia usam e abusam dessa memória inflacionária tão traumática para a nossa sociedade em épocas de eleição, ou para desestabilizar políticos. Como isso é feito, e de que forma a mídia trabalha com o trauma inflacionário brasileiro? Isso poderá ser visto na análise de mídia mais adiante.

6.2 Emprego, industrialização e precarização do trabalho na década de 90

Como citado anteriormente, quando falado sobre o tema da inflação, este e o desemprego foram selecionados dentre tantos índices econômicos para serem avaliados neste trabalho devido ao seu peso na vida cotidiana da população.

Enquanto a inflação deixa marcas profundas na sociedade de maneira geral, o desemprego atua como um câncer que corrói estruturas sociais e individuais. Social na medida em que, quando um país possui altos índices de desemprego, agravam-se problemas como segurança pública, previdência social – devido ao maior número de desempregados que necessitam do seguro desemprego -, serviços públicos – devido à queda da arrecadação, que pode derivar de uma desaceleração econômica -, além de uma onda de pessimismo que toma toda a sociedade e que, se agravada, pode vir a torna-se uma depressão.

Já no âmbito individual o desemprego atua de maneiras diferentes, tendo em vista que cada indivíduo enfrenta-o e encara-o de uma forma distinta. Entretanto, a literatura existente sobre o assunto aponta que o desemprego pode causar efeitos diversos nos indivíduos, desde desordens físicas, passando por problemas psicológicos que desembocam em problemas comportamentais graves, como alcoolismo e suicídio (CALDAS, 1999, P.03)

O ideal de uma economia seria controlar essas duas variáveis, mantendo a inflação sob controle, com desemprego baixo. Porém, isso é possível? Aliás, isso é viável em uma economia como a brasileira? Como essas duas variáveis estão relacionadas?

Primeiramente, essas duas variáveis estão umbilicalmente ligadas, mas de maneira inversamente proporcional.

O mecanismo funciona da seguinte forma: quando um governo possui como prioridade baixar as taxas de desemprego, até alcançar o pleno emprego, isso acelera o nível da atividade econômica, o que aumenta a demanda por mão de obra. Em um cenário de pleno emprego, as chances de um empregado conseguir mudar de trabalho para conseguir uma melhor colocação ou um aumento de salário são grandes, o que leva os produtores a ter de pagar mais pela mão de obra.

Em um país com uma infraestrutura deficitária, como é o caso do Brasil, as chances deste aumento do custo da mão de obra ser repassado para o consumidor aumentam ainda mais, pois com altos custos de logística, energia, impostos, entre outros, o produtor fica impossibilitado de enxugar custos em outras áreas para encaixar esse aumento de salários; o jeito é repassar a conta para o consumidor pagar.

Quando a inflação começa a dar sinais de que irá subir, a mídia, o mercado financeiro, a opinião pública, entre outros agentes sociais, começam a pressionar o governo a tomar uma atitude que, quase sempre, está relacionada à elevação das taxas de juros.

Em uma economia como a brasileira, combater inflação com elevação de taxas de juros é como tratar um tuberculoso com aspirina, pode até ser que alguns sintomas melhorem, porém a verdadeira bactéria que mata lentamente o doente continua ali, alojada. Além disso, o aumento das taxas de juros inibem o consumo e o crédito, podendo levar a um processo de desaceleração econômica e, conseqüentemente, ao desemprego.

Na história recente do Brasil, o emprego e a defesa dos direitos dos trabalhadores têm sido as bandeiras de governantes marcantes; porém, nenhum habita nosso imaginário como Getúlio Vargas.

Para entender a relação do governo Getúlio Vargas com o trabalho é necessário primeiro compreender seu projeto de governo de industrialização do país.

A proposta nacionalista de Vargas deu início a um ambicioso projeto de industrialização do Brasil, baseado no financiamento público, e com papel preponderante do Estado na criação da chamada indústria de base. (BOCCHI et al. , 2000, p.79)

Obviamente que um projeto que pretendia desenvolver o parque industrial do país causou impactos diretos na lógica do trabalho no país. Além de ter sido desenvolvida uma legislação que contém especificamente os direitos e deveres do trabalhador, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), o projeto acelerou o processo de formação de grandes centros urbanos e de uma classe de trabalhadores mais robusta e organizada.

O projeto desenvolvimentista de Vargas sofrerá algumas mudanças nos governos de Juscelino Kubitschek – que, ao contrário de Vargas, contará com o capital externo para os investimentos na indústria – e dos militares; porém, este seguirá sendo o pilar de sustentação do projeto de país no Brasil.

É no governo dos militares que o Modelo de Substituição de Importações começará a mostrar seus limites. Depois do chamado período do Milagre Econômico, o governo, durante a gestão do presidente Geisel, passa a financiar o crescimento econômico com os chamados petrodólares, gerando assim uma das maiores crises inflacionárias do país na década de 80.

Na década de 90, com o Plano Real, o país finalmente se livra da inflação. Entretanto, o mesmo plano que levou embora um problema, trouxe outro tão incômodo quanto: o desemprego e a precarização do mercado de trabalho. Só para que se ter uma noção do quão nocivo o Plano Real foi para a classe trabalhadora,

em 1994, a taxa de desemprego anual foi de 8,9%, quatro anos depois, no fim do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, ela já chegava aos 15,8%, segundo dados do IBGE.

Neste período também pode ser observada a diminuição do tamanho relativo do mercado formal de trabalho, aqui regulamentado pelas leis trabalhistas que protegem os trabalhadores.

Os programas públicos que dependiam necessariamente da arrecadação dos trabalhadores vinculados ao mercado formal de trabalho também sofreram um impacto negativo. Bocchi, Borges, Lacerda, Marques e Rego citam o exemplo da previdência social que, até hoje – mesmo com pleno emprego – enfrenta uma situação delicada.

7 A HISTÓRIA DO JORNALISMO ECONÔMICO BRASILEIRO E A ÉTICA NO BRASIL

7.1 A trajetória do jornalismo econômico brasileiro

A linguagem e a temática financeira que predomina atualmente no jornalismo econômico brasileiro consolidaram-se no governo Fernando Henrique Cardoso, quando o governo deste abraçou as diretrizes do Consenso de Washington⁵.

Entretanto, nem sempre o noticiário econômico brasileiro foi dominado pelas notícias do mercado financeiro e a ideologia neoliberal; muito menos atuava como um dos protagonistas dos periódicos, como hoje.

Na virada do século XIX para o século XX a principal matéria-prima do conteúdo jornalístico era a política. Entretanto, segundo a pesquisadora Paula Puliti, já nesse período era possível notar a existência de pequenas notícias voltadas aos agroexportadores, principais impulsionadores da economia brasileira na época, centrada na produção e exportação do café.

⁵ O Consenso de Washington é um conjunto de 10 regras básicas, formulado em 1989, por economistas de instituições financeiras como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, estruturadas em um texto do economista John Williamson. Tais medidas se tornaram a política oficial do FMI para promover a melhora macroeconômica de países em desenvolvimento que passam por dificuldades.

Ela segue dizendo que foi com o surgimento do jornal *Gazeta Mercantil*, em 1920, que os demais periódicos despertaram para a importância de um espaço exclusivo e dedicado para as notícias e análises sobre economia e negócios. A autora também destaca a importância do jornal, que teve suas atividades encerradas em 2009, para a formação dos jornalistas econômicos.

Todavia, somente nos anos de 1950 começou-se a praticar um jornalismo econômico que ia além da cobertura voltada para negócios e agroexportação. De acordo com a análise de Pauliti (2013), os anos do governo do presidente Juscelino Kubitschek e a implementação do seu Plano de Metas foram decisivos para o jornalismo econômico brasileiro. Segundo a autora:

Foi a partir da segunda metade dos anos 1950 que se começou a praticar no Brasil um jornalismo mais voltado a temas econômicos para além da agricultura, dentro de um processo intimamente ligado à reorganização do capitalismo em âmbito mundial, com a consolidação de multinacionais estrangeiras e alguns grandes bancos internacionais como os grandes detentores do poder econômico. Significa dizer que os anos JK (1956-1961) foram o grande divisor de águas dessa cronologia (P.43).

A autora ainda argumenta que foi nesse período que os laços entre o mercado publicitário e o jornalístico se intensificaram, devido a um casamento ideal entre veículos de comunicação que não conseguiam se sustentar somente com as vendas dos jornais e uma crescente classe empresarial que queria alcançar mais consumidores para seus bens de consumo.

Entretanto, apesar do desenvolvimento do jornalismo econômico durante a década de 1950, em nenhum período da história ele assumiu um protagonismo tão grande dentro das páginas dos jornais quanto no período da Ditadura Militar, que durou de 1964 até 1984. Este fato não ocorreu devido aos méritos do jornalismo especializado em negócios, mas sim por conta da brutal censura imposta pelo regime nas redações, em especial na editoria de política. Ao mesmo tempo em que

isso ocorria, surgia com força um mercado de capitais especulativos, por conta do fim do sistema de Breton Woods⁶.

A autora afirma que fora do ambiente político, principalmente no eixo Rio-São Paulo, governo e empresas jornalísticas se aliaram para propagandear a política econômica governamental, além de disseminar um pensamento neoliberal. Ainda segundo Puliti (2013):

Fora da política, a grande imprensa (formada basicamente no eixo Rio-São Paulo) viria a prestigiar, primeiramente, o caráter auto-professado como modernizador da dupla Roberto Campos e Octávio Gouveia de Bulhões (1964-1967), no Planejamento e na Fazenda, respectivamente. Dentro da mítica de modernidade, a dupla introduziu na imprensa temas inspirados nas teses neoliberais norte-americanas, como a necessidade de reestruturação das relações trabalhistas, que acabou levando a demissões em massa e à recessão 1964-1966, sob o pretexto de domar a escalada da inflação. “Mas o jornalismo econômico desempenhará um papel não apenas de informante e analista dos negócios econômicos e financeiros, mas vai agir ainda como aliciador da consciência nacional e viabilizador, como tal, de uma rápida e segura reprodução do capital, como queriam as elites (Quintão, 1987:13)” (pg.44).

Durante o período, a máquina oficial bombardeava a mídia econômica com notícias positivas sobre o crescimento do país, utilizando representantes do governo, principalmente ministros e altos funcionários da hierarquia governamental; empresários, principalmente os membros da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo); e alguns economistas contrários às ideias neoliberais, como Celso Furtado e Bresser-Pereira, porém com um espaço bastante reduzido, como fontes. Uma constatação bastante relevante da pesquisa de Puliti é de que os

⁶ Desenvolvido em 1944, durante o Acordo de Breton Woods, o sistema de Breton Woods estabelece regras de acordos comerciais e financeiros entre os países mais industrializados do mundo.

economistas que atuavam nos bancos raramente eram ouvidos pelos jornais da época.

Na década de 1980, os desafios enfrentados pelo país na área econômica, fizeram com que a editoria de economia do jornal ganhasse ainda mais destaque. Por um lado, em um cenário de alto risco, a elite brasileira demandava uma profunda e abrangente cobertura econômica para tomar suas decisões; por outro lado, os leitores comuns necessitavam de um veículo que explicasse como as complicadas variáveis econômicas como inflação e juros impactavam no seu cotidiano.

Outro destaque da época é o aparecimento de um tipo de cobertura econômica mais voltada às finanças pessoais, o jornal que esteve na vanguarda desse tipo de cobertura econômica foi o Jornal da Tarde.

No final dos anos de 1980, os investimentos que durante a década haviam parado de entrar nos países periféricos, voltaram a entrar no Brasil. Nessa época, o jornalismo econômico já contava com fontes do mercado financeiro, porém que se limitavam a explicar os fenômenos causados pela corrosão inflacionária.

Entretanto, com a implantação do Plano Real, em 1994, e o combate ostensivo e vitorioso contra a inflação, essas fontes deixaram de ser consultadas para explicar questões meramente técnicas, porém seguiram como parte importante do noticiário econômico para ressaltar e corroborar aspectos ideológicos do neoliberalismo, que estavam de pleno acordo com as políticas adotadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, em seu plano de combate à inflação.

Ao mesmo tempo em que as fontes do mercado financeiro começaram a dominar os jornais, as da academia foram sendo cada vez mais deixadas de lado pelos jornalistas, segundo Puliti, por estas últimas serem demasiadamente teóricas. O jornalismo econômico estava cada vez mais prático e necessitava de fontes que falassem sobre reflexos diretos na economia e no dia a dia do leitor.

É interessante ressaltar que a cobertura da imprensa econômica foi fundamental para corroborar políticas econômicas implantadas por FHC, principalmente na reforma fiscal e monetária e na redução do tamanho do Estado.

No seguinte trecho, Puliti (2013) fala sobre a importância da imprensa para o processo de privatizações:

Uma vez controlados os preços, o noticiário passou a enfatizar aspectos mais ideológicos do neoliberalismo, como mudanças nas políticas monetária e fiscal. Naquele momento, o apoio da imprensa seria fundamental para legitimar questões ideológicas, como a redução do papel do Estado na economia, com privatizações, abertura comercial, financeira, juros altos e câmbio flutuante. (pg. 46)

Durante essa última década nenhuma mudança significativa em relação às fontes pôde ser constatada no jornalismo econômico, assim como na própria ideologia adotada pelos veículos para direcionar seu trabalho, ou seja, o neoliberalismo segue comandando as redações. O que se pôde constatar de diferente no jornalismo dos últimos anos foi o aumento da velocidade. Com a entrada no mercado de agências de notícias, a informação hoje é realmente o que importa na redação, o trato com texto e a análise foram deixados em segundo plano.

8 ANÁLISE DO DISCURSO

8.1 Análise quantitativa do objeto

Esta parte da pesquisa destina-se a fazer uma análise quantitativa do objeto de pesquisa em questão, ou seja, as matérias realizadas entre os meses de agosto e outubro dos anos de 2002 e 2014, que foram publicadas na editoria de economia do jornal *O Estado de S. Paulo*, cujos temas estivessem ligados com inflação ou desemprego.

Esta parte da pesquisa funciona somente como uma coleta quantitativa do material; ou seja, tem como meta somente expor os números referentes ao objeto de estudo, sem levar em conta o conteúdo das matérias escritas pelo jornal.

Para desenvolver a contagem das matérias foram levados em consideração quatro quesitos: número de páginas em que os temas inflação ou desemprego apareceram durante o período; o número de matérias publicadas; a quantidade de

matérias sobre um dos temas que saíram em destaque em sua respectiva página; e quantas vezes inflação ou desemprego foram capas do jornal ou do caderno.

Contabilizar o número de páginas e matérias é relevante para este trabalho, pois os números são o fator base de indicação do quanto um assunto está sendo abordado em determinado periódico, em um período específico. A análise qualitativa, que será feita no próximo capítulo, complementarará essa contagem e será fundamental para captar as preferências políticas e ideológicas do diário.

Além disso, incluir capas e destaques nas estatísticas é importante para entender a relevância dada pelo jornal ao assunto no período analisado.

Em relação ao período analisado, os resultados foram os seguintes: Em 2002, – durante os últimos meses de mandato do governo Fernando Henrique Cardoso – a temática da inflação esteve presente em 50 páginas do jornal O Estado de S. Paulo, enquanto que em 2014, nos últimos meses do governo Dilma Rousseff, o tema da inflação circulou em aproximadamente 30 páginas do jornal.

Já a temática do desemprego, em 2002, ocupou cerca de 42 páginas do jornal; em 2014, esse número ficou em 37, incluindo dois especiais que o jornal produziu sobre entraves na produção brasileira, que foram incluídos na contagem, tendo em vista que a falta de competitividade da indústria brasileira, causada por esse tipo de problema, atrapalha o ambiente econômico e pode levar ao desemprego.

Foi levada em consideração, durante o levantamento dos dados, a reformulação gráfica que o jornal vem sofrendo desde o ano de 2010. Foi levantada a hipótese de que em 2002, mais matérias foram feitas, pois o número de páginas do caderno de Economia no periódico analisado era maior. Entretanto, apesar de, segundo o site *do Estado de S. Paulo*, em 2010 o caderno semanal *Negócios* ter começado a circular e o jornal ter ampliado sua cobertura econômica, quando contabilizadas o número de páginas, em dias diferentes da semana, tanto em 2002 quanto em 2014, não houve mudanças significativas no número de páginas. Em ambos os períodos, a editoria conta com um número de páginas que varia entre 10 a 15.

Os resultados demonstrados acima dizem respeito ao número de páginas; já em número de matérias é possível observar um cenário menos homogêneo. Em 2002, foram desenvolvidas 45 matérias que falavam, direta ou indiretamente, de desemprego. Em 2014, esse número foi muito maior, foram encontradas 60 matérias que falavam sobre o tema.

Quando o assunto é inflação o quadro se inverte. Durante o período FHC o número de matérias produzidas é muito maior, principalmente por conta da disparada do dólar que ocorreu na época, assunto que será posteriormente discutido. Foram 76 as reportagens escritas em 2002. Já no período em que Dilma Rousseff está à frente do governo, foram desenvolvidas 45 matérias.

O espaço de destaque alcançado pelo tema acima, no ano de 2002, foi maior do que em 2014. Foram 40 matérias que ocuparam o topo, o meio ou mesmo a capa do caderno durante os últimos meses do governo do tucano, contra 22 que estiveram no mesmo espaço durante o final da primeira gestão da petista. É importante reforçar que isso se deu por conta da disparada do dólar no final do período FHC, que causou impactos diretos na inflação.

Se inflação foi um tema muito explorado durante esta época do governo Fernando Henrique Cardoso o mesmo não pode ser dito de desemprego. Durante a corrida eleitoral de 2002, somente 11 matérias sobre o assunto saíram em destaque no jornal. Por outro lado, no final do governo Dilma Rousseff, 29 matérias foram colocadas em lugar de destaque dentro do jornal sobre o tema.

Em relação ao número de capas – do jornal ou do caderno - em que esses dois fatores econômicos aparecem, os números também são semelhantes. Durante o período analisado, em 2002, o tema inflação ocupou duas vezes a capa do jornal e quatro vezes a capa do caderno; enquanto que em 2014, o assunto esteve na primeira página do diário uma vez, e quatro na do caderno.

Já desemprego não foi capa do jornal nenhuma vez durante o período analisado, no ano de 2002, e ocupou destaque na cada da editoria somente uma vez. Enquanto isso, em 2014, o desemprego esteve presente na capa do jornal uma vez e duas na primeira página do caderno de economia.

Ao final desta análise quantitativa é possível concluir que, em termos de número de matérias e páginas, os dois governos tiveram igual espaço dentro de *O Estado de S. Paulo*, ressaltando o fato de que esta análise não contempla o conteúdo das matérias, ou seja, elas podem ter uma orientação tanto positiva quanto negativa para o governo vigente.

Porém, o destaque dado aos temas em cada período nos dá uma dica do viés ideológico do jornal. Peguemos a questão do desemprego, por exemplo. Encontrar somente 11 matérias em destaque e nenhuma capa de jornal, durante o período FHC, e 29 durante o governo Dilma Rousseff, e uma capa – principalmente quando o período tucano foi marcado pela alta do desemprego e a precarização do mercado de trabalho, e o alcance do pleno emprego sempre foi o trunfo petista para conquistar eleitorado -, auxilia a corroborar a hipótese de que o jornal seleciona o conteúdo que será destaque seguindo critérios políticos e ideológicos.

8.2 Análise Qualitativa do Objeto

8.2.1 Inflação

Feita e apresentada a Análise Quantitativa do Objeto, através da qual foi possível comparar os dados coletados no objeto de estudo, esta parte do estudo tem como objetivo analisar de maneira mais detalhada o discurso e demais recursos que o periódico possui para exprimir seu viés político-ideológico aos leitores.

Esta análise será feita da seguinte maneira: primeiramente, será apresentado o resultado da análise desenvolvida por meio da leitura e comparação do conteúdo produzido pelo jornal sobre a temática da inflação nos dois períodos analisados. Através desta análise será possível compreender a dinâmica da cobertura econômica durante duas campanhas presidenciais diferentes, identificando suas diferenças e captando as sutilezas de discurso.

Em um segundo momento, será feito um mapeamento das fontes consultadas utilizadas pelo jornal para corroborar o seu discurso. Tal método será de extrema eficácia para identificação dos porta-vozes do jornal e suas trajetórias ideológicas e profissionais dentro da área econômica, o que auxiliará a provar que o referido

periódico possui uma lista de fontes pré-definidas, que, quase sempre, possuem um alinhamento específico na área do pensamento econômico.

Como já citado anteriormente nesta pesquisa, nos últimos meses de 2002, a moeda norte-americana sofreu uma forte valorização em relação ao real, ultrapassando o limite dos R\$3,00. Os reflexos desta disparada cambial puderam ser observados diretamente nos índices de inflação, que acabaram sendo pressionados para cima.

Todo o discurso do jornal durante este período atribuiu a alta de preços à combinação entre câmbio valorizado, um cenário externo desfavorável, com retração da economia mundial e aversão do mercado ao risco; e às pesquisas eleitorais que colocavam o candidato Luís Inácio Lula da Silva no primeiro lugar da disputa. É importante notar que este último aspecto já denota nas entrelinhas o posicionamento político do jornal, e sua opinião de que uma vitória de Lula seria desastrosa.

Em nenhum momento o jornal atribui a disparada dos preços a um erro nas diretrizes que norteiam a política macroeconômica, ou a qualquer ação governamental. Muito pelo contrário, durante todo o seu discurso, a cobertura econômica do diário nem sequer cita o governo ou os membros que o representam.

Já em 2014, O Estado de S. Paulo assume uma nova forma de abordar o tema da inflação durante a campanha eleitoral. Ao contrário do período anterior, o governo possui um papel de protagonista na cobertura não somente quando o tema é inflação, mas dentro do caderno em si. Os pronunciamentos de membros do governo e de instituições ligados a ele – como o Banco Central, por exemplo – ganham lugar de destaque e cobertura com direito a fontes externas que expressam suas opiniões sobre tais pronunciamentos. Outro ponto que vale a pena ser destacado é de que a estratégia eleitoral do partido que ocupava o governo também ganhou espaço dentro da cobertura, ao contrário de 2002.

Ao contrário de 2002, quando podemos encontrar uma equação fechada (que exclui qualquer erro do governo) que levou ao aumento de preços, em 2014 as variáveis que levaram o país ao aumento de preços são expressas de maneira difusa pelo jornal. Em alguns momentos ele chega a citar a falta de competitividade

de nossa economia como um fator indutor de inflação, entretanto não é possível encontrar uma fórmula como em 2002. Não obstante, ao contrário de 2014, o diário culpa o governo pela inflação, e alerta para os problemas causados por uma forte alta de preços.

É importante sinalizar também que em 2002 as matérias são produzidas com base no factual, principalmente com material que os institutos de pesquisas como a FGV, por exemplo, disponibilizam de dados. É essencial ressaltar que dentro dessas matérias as fontes são somente os coordenadores do levantamento.

Em 2014, os institutos de pesquisas também possuem seu espaço dentro da cobertura, porém, as informações sempre vêm acompanhadas de uma análise ou opinião de uma fonte; ou seja, são matérias que chegam a consultar, além do coordenador, até três fontes.

As matérias selecionadas e expostas abaixo ilustram a diferença de cobertura entre os dois períodos:

QUINTA-FEIRA, 12 DE SETEMBRO DE 2002

ECONOMIA
CONJUNTURA

O ESTADO DE SÃO PAULO - B3

Prévia do IPC aponta inflação estável, em 0,99%

Preços na cidade de São Paulo se mantêm em alta na primeira quadrissemana de setembro
FRANCISCO CARLOS DE ASSIS

A inflação na cidade de São Paulo medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) fechou a primeira quadrissemana de setembro em 0,99%, praticamente estável em relação à variação do mês passado, de 1,01%. Segundo o coordenador do IPC-Fipe, Heron do Carmo, a alta do índice pode ser explicada pela variação dos preços de apenas sete itens: energia elétrica (10,12%), telefonia fixa (5,7%), pão francês (4,17%), frango (8,73%), óleo de soja (12,44%), tarifas de água e esgoto (2,05%) e contratos de assistência médica (1,47%).

Cálculos feitos pelo economista mostram que a pressão de alta exercida por estes sete itens correspondeu a 81% da inflação do período. Para as próximas semanas, no entanto, a expectativa é de uma desaceleração e até queda nas variações desses preços e tarifas. Com isso, Heron prevê para o fechamento do mês uma inflação em torno de 0,30%.

O coordenador da Fipe ressaltou que o índice da primeira quadrissemana de setembro só não foi maior por causa da intervenção do governo na formação de alguns preços. O gás de botijão, por exemplo, teve seu preço reduzido em 8,22%. A redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos automóveis levou a uma queda de 2,99% na variação dos preços dos carros



Fonte: Fipe

de 0,86%. Para Heron, a surpresa ficou por conta de alimentação, que acelerou o ritmo de alta, saindo de uma taxa de 1,50% do fechamento de agosto, para 1,64% no início de setembro. Os produtos semi-elaborados tiveram alta de

**SETE ITENS
PRESSIONARAM
81% DO
ÍNDICE**

3,55%, pressionados pela carne bovina (4,63%), leite (1,32%) e feijão (0,95%), além do frango. Entre os alimentos industrializados, a alta foi de 1,75%, pouco acima da variação registrada no mês passado, de 1,72%. O óleo de soja, por exemplo, subiu 12,44% só na primeira quadrissemana deste mês. "É reflexo da permanência da valorização do dólar", disse Heron. (AE)

BC amplia operações de um dia para outro

Para analistas, essa tendência preocupa, mas não é muito grave

A relutância de bancos e fundos em comprar títulos públicos tem provocado um aumento expressivo das operações no overnight, nas quais o Banco Central (BC) toma dinheiro emprestado das instituições financeiras por um dia. Ontem, por exemplo, a autoridade monetária tornou R\$ 31,442 bilhões, pagando 17,9% ao ano — há quatro meses, as intervenções do BC ficavam na casa de R\$ 10 bilhões.

Segundo analistas, os prejuízos provocados pela obrigatoriedade de os fundos marcarem a mercado os títulos públicos em suas carteiras — adotada no fim de maio e suavizada em 14 de agosto — foram a principal razão para esse movimento, que se intensificou por causa das incertezas quanto à política econômica que será seguida a partir de 2003.

Para o economista-chefe do banco JP Morgan, Luís Fernando Lopes, o aumento dos recursos no over preocupa, mas não é algo muito grave. Ele diz que, embora o governo obviamente enfrente dificuldades para vender títulos públicos, não se pode falar em repúdio à dívida. "Ontem (terça-feira) mesmo o Tesouro vendeu um lote de LTNs (títulos prefixados) com vencimento em 8 de janeiro de 2003." Lopes entende que diminuiu bastante o medo de que o próximo governo declare moratória, principalmente porque os candidatos concordaram com as linhas gerais do acordo com o FMI.

O diretor de Tesouraria do bun-

O QUE É O OVERNIGHT	
▶ Lendo o rolê recíproco no over, o BC toma dinheiro emprestado dos bancos por 8m dia	▶ C. Be tem tomado emprestado mais de R\$ 30 bilhões por dia no over
▶ C. volume de recíprocos no over tem aumentado porque parte dos títulos públicos que vencem não estão sendo rolados, com isso, bancos e fundos de investimento estão com mais recíprocos em caixa	▶ C. Brasil tem tradição em rolar a dívida no over: no fim do governo Faria, o volume de rolagem era de 84% ao m, 1,1% dos recíprocos chegavam a ser rolados em operações por 8m dia

co Lloyds TSB, Pedro Thomazoni, diz que as perdas que os fundos tiveram por causa da marcação a mercado é que explicam o forte salto do dinheiro no over. Os saques dos fundos levaram muitos gestores a deixar boa parte dos recursos no over, pois a remuneração tem sido pouco inferior aos juros básicos, de 18% ao ano, ou a comprar títulos muito curtos. Os recursos que saíram dos fundos migraram principalmente para poupança, CDBs e conta corrente, e os bancos direcionam boa parte desse dinheiro para o over.

Um gestor diz que 90% da carteira de seus fundos de renda fixa estão no over. "A diferença de rendimento que se consegue com títulos públicos não compensa o risco num momento de incertezas políticas, em que não se sabe o que vai ocorrer com a dívida no próximo governo."

No começo de junho, o BC chegou a tomar recursos no over na

casa de 10%, para tentar forçar os bancos a comprar a títulos públicos, mas desistiu. A instituição passou então a intervir a um nível próximo da Selic, a trocar títulos de prazos longos por papéis mais curtos e a resgatar LFTs — aumentando a liquidez. E também houve a flexibilização da marcação a mercado, o que fez a

migração para o over perder força. Para Thomazoni, o aumento de recursos no over não indica medo de calote. "Se houver moratória, o dinheiro no over também será atingido." O diretor do WestLB Banco Europeu, Flávio Farah, diz que o aumento no volume de recursos no over se deve à pouca demanda por títulos do governo e ao problema mundial de aperto no crédito. "Enquanto não houver definição do cenário eleitoral e do crescimento mundial, deve continuar existindo um grande volume no over." (Sergio Lamuel e Patricia Campos Melho)

**DÍVIDA
NÃO ESTARIA
SENDO
REPUDIADA**

Fig. 1.1: Matéria publicada em 12 de setembro de 2002, sobre a prévia do IPC-Índice de Preços aos Consumidor.

Já o conteúdo abaixo foi publicado em 21 de agosto de 2014 (fig. 1.2), e trata sobre a prévia sobre o IPCA-15. Através da comparação dos dois textos é possível perceber que o de cima se limita a expor as informações e entrevistar o responsável pela pesquisa. Já no segundo caso, a repórter consultou três fontes, um professor da PUC-RJ e dois consultores de investimentos.



Fig. 1.2: Matéria publicada em 21 de agosto de 2014, sobre a prévia sobre o IPCA-15

Algo bastante interessante de se observar é a mudança que ocorreu entre um período e outro nas formas como abordar a pauta. No ano de 2002, o jornal desenvolvia mais matérias ilustrativas, entrevistando consumidores e empresários.

Somente na amostra analisada, foram encontradas três matérias desenvolvidas somente com consumidores que reclamavam do aumento de preços; contra nenhuma encontrada no material selecionado em 2014.

Esses conteúdos são importantes, pois ilustram claramente como a inflação afeta o consumidor, porém, o periódico não esquece de ressaltar nestes textos que a incerteza de que haja uma mudança brusca nos rumos econômicos do país é o que realmente preocupa a população. Sendo assim, ele culpa o governo futuro pela inflação de hoje, e não as ações não ou mal tomadas pelo atual. Abaixo alguns exemplos:

Apreensão eleva projeção de juros para 2003

Crise e incertezas quanto ao futuro governo levam mercado a captar recursos com taxas de 29% ao ano

SÉRGIO GOBETTI

BRASILIA – Apesar do apelo dos candidatos à Presidência da República de que os juros devem baixar para estimular o crescimento econômico, a crise financeira e as incertezas quanto ao próximo governo levaram nesta semana o mercado a projetar para 2003 juros muito acima da taxa Selic. Praticamente todos os bancos estão captando dinheiro via CDBs a taxas prefixadas de até 29% para vencimentos de 360 dias, enquanto a taxa de curto prazo continua próxima dos 18% ao ano da Selic.

Segundo os analistas, a inclinação da curva de juros futuros é a maior desde a crise cambial de 1999, quando o regime de câmbio fixo foi substituído pelo flexível. "Como o mercado percebe riscos, pede prêmios cada vez maiores", afirma o diretor-executivo da Unibanco Asset Management (UAM), Jorge Simino. "É impossível separar os efeitos daquilo que vem da cafeira estritamente econômica da eleitoral."

De acordo com o diretor de investimentos do ABN Amro, Alexandre Pivota, o stress do mercado se deve a duas razões: temor de que a política econômica do próximo governo provoque aceleração de inflação (o que exigiria taxas de juros nominais

Alta do dólar chega à mesa da classe média

Queijos, geléias e bebidas importados começam a sair das listas de compras

ANDRÉ SIQUEIRA

Risco país, variação cambial e dívida externa, entre outros termos do economês, são os ingredientes de uma salada indigesta que a classe média brasileira foi obrigada a engolir, nas últimas semanas. Mesmo com o arrefecimento da disparada do dólar, na sexta-feira, o que ficou foi um gosto amargo que mudou a dieta e os hábitos de famílias que já desistiram das férias no exterior, mas ainda se davam ao luxo de ter importados à mesa.

Para o geógrafo Paulo Barcelos, que na sexta-feira acompanhava a mulher, Niza, nas compras, o queijo do café da manhã terá a mesma procedência do pãozinho, que é francês só no nome. "Os vinhos ainda estão



Paulo Barcelos e a mulher, Niza Jardim: preocupação deixa o carrinho de compras mais vazio

VINHO DO DIA-A-DIA JÁ PERDE EM QUALIDADE

em liquidação, mesmo porque a loja deve ter importado com a cotação antiga do dólar. Mas os laticínios já estão mais caros". O maior problema, na verdade, é a preocupação. Na dúvida sobre o destino da economia, a retração do consumo é imediata."

No caso do fotógrafo Leonardo Crescente, a angústia não remeta tão diretamente à macroeconomia. "Esse vinho português já custou R\$ 30,00 no início do Plano Real. Agora, olha aí: R\$ 105,00 a garrafa", desabafou. "Este ano, minha viagem para fora do País já foi adiada. Agora, nem o vinho do dia-a-dia vai ter a mesma qualidade."

Cautela nas compras – A

confessar que, agora, os hábitos alimentares da casa teriam de mudar. "Até hoje não foi preciso deixar de comprar nada. Mas agora que o caos chegou ao País, vamos abrir mão de algumas coisas, sim."

Justamente para afastar o risco de futuras privações, a arquiteta Aracy Kando Ruman enchia o carrinho. "Quero aproveitar enquanto os preços não são remarcados. Mas o azeite, o vinagre e o queijo já estão mais caros, não resta dúvida", dizia.

Desavisado, o empresário uruguaio Arturo Bustamante, de passagem pelo Brasil, se espantava com os preços dos vinhos importados, mesmo em reais. "Sei que a situação em meu país está pior, mas este bordô custaria o equivalente a US\$ 8 no Uruguai. Aqui, eles cobram mais de US\$ 12", apontou.

Empiricamente, os clientes constatavam algo que a pesquisa da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, da Universidade de São Paulo (Fipe-USP), já embutia no Índice de Preços ao Consumidor (IPC) referente ao mês de julho. Mesmo produtos que vin à mesa de todas as classes, como o pão francês, que leva trigo importado, e o óleo de soja, cujos preços são cotados em dólar, já haviam sido reajustados em 5,37% e 9,88%, respectivamente.

Fig. 1.3: Matéria publicada em 04/08/2002

Inflação começa a amedrontar consumidores

Alta de preços preocupa clientes de classes sociais distintas e muda hábitos de compra

ANDRÉ SOUZA

O dólar disparou, mas a atriz Miriam Mehler, de 67 anos, continua adquirindo suas geleias importadas, na Casa Santa Luzia, por mais de R\$ 10 cada vidro. "Trabalho muito, posso me permitir alguns luxos", justificava. Na mesma tarde, a dona de casa Tatiana Mauro, de 43 anos, desistiu de comprar uma garrafa de vinho, em um hipermercado da Zona Norte. "Acho absurdo pagar mais de R\$ 4 numa bebida que vai ser usada para temperar carne."

O perfil das consumidoras é bem diferente, mas as duas compartilham uma preocupação: ambas perceberam que os preços estão subindo e começaram a temer a inflação.

"Minha compra mensal ficava entre R\$ 300 e R\$ 350, mas agora chega a R\$ 480, com os mesmos produtos. Está tudo mais caro", afirmou Tatiana Mauro, dona de casa.

O fato é que os cintos começaram a apertar, tanto os de crocodilo Louis Vuitton quanto os politicamente cor-

retos de napa sintética "made in China". Um bom exemplo são as vendas de queijo Emmenthal, na Santa Luzia, que caíram de 200 quilos para 70 quilos por mês. A médica Raya Angel conta que reduziu drasticamente seu consumo de importados. "Não estou com medo, mas estou bem apreensiva em relação ao que vai acontecer depois das eleições", diz. Por ora, acrescenta, era uma vez queijo, geleia e vinho...

O produtor de figurinos Fábio Marques conta que se recusa a abrir mão do prosciutto, mas fez uma boa pesquisa de preços antes de comprar, por R\$ 40,90 a garrafa. "Só vim parar aqui porque está realmente mais barato", contou. Mas da última vez que ele comprou o produto, pagou pouco mais de R\$ 30.

O proprietário da tradicional Casa Santa Luzia, Jorge Lopes, se confessa bastante preocupado com os repasses de preços, que

tem procurado amenizar tomando por base uma cotação de R\$ 3,20 por dólar. "O importante é que o cliente perceba que nosso preço é o mais honesto possível", afirma. "Pelo menos as compras não estão sendo especulativas. Ninguém está estocando produtos."

Melhores preços - A prioridade do consumidor, por enquanto, é vasculhar a gôndola em busca de melhores preços, confiante a vendedora Iracema Eppechei, que também fazia compras no hi-



Para a dona de casa Tatiana, alta de preços atinge todos os produtos



A médica Raya Angel está tirando importados da lista de compras

Fotos: Janna Florio/ME

permercado. "Todo mundo está com medo da inflação", diz Iracema, explicando por que está fugindo dos produtos que encareceram mais. "O problema era só a alta do dólar, mas está tudo mais caro. Acho que as pessoas só não estão mais preocupadas porque todo mundo está associando estes aumentos ao clima das eleições."

O fato é que as estatísticas embasam as preocupações dos consumidores. A inflação medida pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) registrou o maior percentual do Plano Real, 2,81%, na segunda prévia de outubro. A pesquisa semanal do Banco Central mostra que o mercado também está tenso em relação à inflação: a estimativa média para o Índice de Preços ao Consumidor Aberto (IPCA) em 2003 subiu de 5,85% para 6,62%. Nada que chegue perto das taxas mensais de dois dígitos de outras épocas, mas o bastante para evocar essa lembrança e arrepiar os pelos de toda uma geração de consumidores.

30 anos de Comunicação Metodista

Os caminhos mudaram e a gente quer saber por onde você anda.

A Universidade Metodista de São Paulo está em festa com as comemorações dos 30 anos dos cursos de **Journalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas**. Como parte das celebrações, a Metodista realizará um encontro com ex-alunos dos três cursos. Será uma ótima oportunidade para rever os amigos, trocar experiências e fazer novos contatos profissionais. Você, que faz parte dessa história, está convidado a participar do encontro, dia 23 de novembro de 2002, no Campus Rudge Ramos.

Confirme sua presença, acessando o site: www.metodista.br/30anos

 

Fig. 1.4: Matéria publicada em 27/10/2002

É interessante notar como o discurso é construído com palavras de terror como "amedrontar", e como o "olho" da matéria – como é chamada a parte de destaque de uma matéria, no jargão da área – escancara o quanto o consumidor está gastando muito mais para viver. As expressões das consumidoras nas fotos também dialogam com o pessimismo da matéria. Porém, o pessimismo dos consumidores não é atribuído a problemas da atual gestão, mas sim, aos temores da eleição. Este depoimento de uma das fontes, retirado da matéria, ilustra esse posicionamento: "Não estou com medo, mas estou bastante apreensiva em relação ao que vai acontecer depois das eleições, diz. Por ora, era uma vez queijo, geleia e vinho" (fig. 1.4).

No entanto, em 2014, esse tipo de abordagem já não faz parte do caderno de economia do jornal. A cobertura é pautada por acontecimentos mais factuais, como o pronunciamento de membros da equipe econômica do governo; divulgação de

resultados de estudos desenvolvidos por centros de pesquisas especializados; e a campanha presidencial, que ganha mais destaque neste ano.

Em relação ao viés do discurso, apesar de muitas matérias desenvolvidas em 2002 terem uma conotação negativa, como citado anteriormente, o jornal não atribui os problemas enfrentados pelo país a uma possível má administração. Em algumas matérias, o diário chega a falar sobre o “exagero do mercado”, argumentando que os agentes do mercado internacional não têm razão para olhar o Brasil com tamanha cautela.

Sendo assim, é possível concluir que o discurso construído ao longo dos meses que antecederam as eleições de 2002, apesar de mostrar o cenário negativo em que o país está inserido, atenua-o, culpando o mercado financeiro e a possível vitória do candidato Luís Inácio Lula da Silva.

Em 2014, esse processo se inverte. Manchetes positivas são desconstruídas por subtítulos ou textos negativos, corroborados pelas fontes consultadas pelo jornal. Pode-se constatar que existe um processo de desconstrução de todo dado ou informação que é positivo, para algo negativo.

É necessário ressaltar que em 2002 o número de matérias com títulos negativos salta aos olhos, e é muito maior do que em 2014. Entretanto, esse processo de desconstrução do discurso e inversão do que é positivo para o negativo, e vice-versa, transforma a cobertura de 2002, de maneira geral, muito mais branda em relação à economia brasileira do que a de 2014.

8.2.2 Mapeamento de fontes

As fontes consultadas por um jornal são essenciais para entender quem são as vozes por trás do discurso do jornal. São elas também que, como especialistas em suas determinadas áreas, legitimam o discurso de determinado meio de comunicação. Sendo assim, não existe matéria sem fontes; e logo nos primeiros anos do curso de jornalismo os profissionais da área aprendem a consultar o maior número delas, que possuam os mais diversos olhares sobre determinado assunto.

De fato, os jornalistas de economia do Estadão se esforçam para reunir um grande número de fontes, entretanto, muitas delas possuem trajetórias profissionais e posicionamentos ideológicos muito semelhantes. A tabela abaixo (Tabela 1.1) tem o objetivo de provar essa afirmação, por meio da exposição de todas as fontes consultadas pelo jornal durante as duas coberturas.

FONTE	ANO DE CONSULTA	TRAJETÓRIA	Quantas vezes foi consultado
Alexandre Torrano	2002	Analista do Itaú	1
Carlos Eduardo Albano	2002	Analista do Unibanco	1
Tarcísio Gargioni	2002	VP da Gol	1
Jorge Simino	2002	Diretor Executivo do Unibanco Assetment Manegement	1
Alexandre Póvoa	2002/2014	Diretor de Investimentos do ABN Amaro Bank/ Sócio e Executivo-chefe da Canepa Asset	1
Alberto Gaydis	2002	Diretor de Mercado de Capitais do Boston	1
Aloysio Mercadante	2002	Consultor Econômico de Lula	1
Mauro Benevides Filho	2002	Consultor Econômico de Ciro Gomes	1
Heron do Carmo	2002	Coordenador do IPC-Fipe/ Professor	5

		da Faculdade de Economia e Administração da USP.	
Salomão Quadros	2002 e 2014	Coordenador de Análise Econômica do IBRE da Fundação Getúlio Vargas	6
Francisco Gros	2002	Presidente da Petrobrás	1
João Nogueira Batista	2002		1
Otávio de Barros	2002	Economista-Chefe do BBV	1
Gustavo Loyola	2002	Ex-presidente do BC e sócio da consultoria Tendências	1
Alexandre Matias	2002	Economista- Chefe do Unibanco Asset Management	1
Odair Abate	2002	Economista-Chefe do Lloyds TSB	1
Luiz Carlos Bresser Pereira	2002	Professor da FGV	1
Paulo Saab	2002	Presidente da Eletros	1
Afonso Antônio Hennel	2002	Presidente da Semp Toshiba	1
Dirceu Bezerra Jr.	2002	Consultor Sócio da Rosemberg &	1

		Associados	
Sérgio Heberfel	2002	Presidente da associação que reúne indústrias de embalagens flexíveis.	1
Eulina Nunes dos Santos	2002 e 2014	Gerente dos Sistemas de índice de preços do IBGE(10/09)	5
Fernando Gros	2002	Ex- Presidente da Petrobrás	1
Sérgio Zappa	2002	Diretor de Mercado de Capitais e Instituições Financeiras do Unibanco	1
Ricardo Amorim	2002	Diretor de Pesquisa para América Latina da consultoria Idealglobal	1
Phillip Wooldbridge	2002	Economista do BIS	1
Erivelto Rodrigues	2002	Diretor-presidente da Austin Asis	1
Fernando Coelho	2002	Analista da ABM Consulting	1
Gabriel Ferreira	2002	Presidente da Febraban	1
Anne Kruegger	2002	Vice-Diretora-Gerente do FMI	1

José Julio Senna	2002	Ex-presidente do BC e sócio-diretor da MCM Consultores	1
Hugo Penteado	2002	Economista-chefe e estrategista do ABN Amro Asset Management	1
José Estevam de Almeida Prado	2002	Consultor	1
José Arthur Assunção	2002	VP da Associação Brasileira de Crédito	1
Marcel Solimeo	2002	Economista da Associação Comercial de SP	1
Marcos Severine	2002	Analista do BBA	1
Sérgio Tamashiro	2002	Analista do Unibanco	1
Pedro Batista	2002	Analista do Banco Pactual	1
Ilan Goldfajn	2002	Diretor de Política Econômica do BC	1
Altamir Lopes	2002	Chefe do Departamento Econômico do BC	1
Marcelo Kfoury	2002	Chefe do Departamento de Pesquisas Econômicas	1
Cláudio Felisoni	2002	Diretor do Programa de Administração do	2

		Varejo da USP	
Marcos Gouveia de Souza	2002	Consultor da área de Varejo	2
Francisco Toledo	2002	Presidente da Toledo e Associados(15/10)	1
Antonio Elias Zogby Neto	2002	Diretor Superintendente do Banco Zogby	11
Igor Büker	2002	Diretor Operacional do Banco Renner	1
João Bosco Cordeiro	2002	Diretor de Compras do Magazine Luiza	1
André Loes	2014	Economista- Chefe do HSBC para Am. Latina	1
Bruno Laviere	2014	Analista da Consultoria Tendências	1
Armando Castelar	2014	Coordenador de Economia Aplicada do Instituto Brasileiro de Economia da FGV	1
Eduardo Zylberstajn	2014	Coordenador do índice Fipe Zap	1
Alexandre Tombini	2014	Presidente do BC	1
Luciano Rostagno	2014	Economista-Chefe do Banco Mizuno do Brasil	3

Paulo Petrassi	2014	Gerente de Renda Fixa da Leme Investimentos	1
Romeu Rufino	2014	Diretor Geral da Aneel	1
Leonardo França	2014	Rosenberg Associados	1
Adriana Molinari	2014	Tendências Consultoria Integrada	3
Márcio Holland	2014	Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda	3
Paulo Pedrosa	2014	Presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres.	1
César de Barros Pinto	2014	Diretor da Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica	11

Fábio Bentes	2014	Economista da Divisão Econômica da Confederação Nacional do Comércio	1
Tulio Maciel	2014	Chefe do Departamento Econômico do Banco Central.	2
Mariana Oliveira	2014	Economista da Consultoria Tendências	1
Danilo Delgado	2014	Economista da Ático Assetment	1
Marianne Hanson	2014	Economista da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo	1
Guido Mantega	2014	Ex-Ministro da Fazenda	2
Mansueto de Almeida	2014	Economista	1
Carlos Thadeu de Freitas Filhos	2014	Economista da gestora de recursos Franklin Thompson	2
Maurício Molan	2014	Economista-chefe do Santander	1
Carlos Kawall	2014	Economista- chefe do Banco J. Safra	1
Zeina Latiff	2014	Economista- chefe da XP	1

		Investimentos	
Rodrigo Alves de Mello	2014	Economista-chefe da Icatu Vanguarda	1
André Perfeito	2014	Economista-chefe da Gradual Investimentos	1
Marcela Kawauti	2014	Economista da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas	1
Flávio Serrano	2014	Economista-sênior do Besi Brasil/ Economista do Espírito-Santo Investment Bank	3
Cristiano Oliveira	2014	Economista do Banco Fibra	1
José Márcio Camargo	2014	Professor da Puc-RJ e economista-chefe da Opus, Gestão de Recursos	1
Luís Otávio de Souza Leal	2014	Economista- chefe do ABC Brasil	2
Thaís Zara	2014	Economista-chefe Rosenberg Associados	1
Carlos Lopes	2014	Votorantim Corretora	1
Carlos Hamilton	2014	Diretor de Política Econômica do BC	1

André Bráz	2014	Coordenador Adjunto de índices de Preços ao Consumidor da FGV.	4
Fábio Romão	2014	Economista da LCA	1
Luiz Roberto Cunha	2014	Economista Especialista em Inflação da PUC-RJ	1
Newton Rosa	2014	Economista-Chefe da Sulamérica Investimentos	1
Mauro Shneider	2014	Economista- chefe da CGD Securities	1
Flávio Combat	2014	Economista- Chefe da corretora Concórdia	1
Marcelo Caparroz	2014	RC Consultores	1
Gluaber Romane	2014	Operador de Câmbio da Corretora Intercam	1
Reginaldo Siaca	2014	Gerente Financeiro da Advanced Corretora	1
Tony Volpon	2014	Diretor-Gerente da Nomura Securities	1
Viviane Seda	2014	Coordenadora da Sondagem do Consumidor da FGV	1

Tabela 1.1: Fontes consultadas pelo jornal durante as coberturas das eleições de 2002 e 2014.

Observando o quadro acima é possível chegar a algumas conclusões importantes em relação às vozes que possuem espaço dentro do jornal. Primeiramente, é necessário ressaltar que nomes que são repetidos diversas vezes como Salomão Quadros, Heron do Carmo e Eulina Nunes dos Santos, na época, ocupavam ou ainda ocupam cargos de coordenação em importantes institutos de pesquisa que divulgam os dados sobre inflação no país, como FGV, Fipe e IBGE. Sendo assim, faz parte do trabalho de qualquer jornalista consultar essas fontes primárias e de referência, quando as matérias estiverem relacionadas com os resultados de pesquisas desenvolvidas por tais entidades.

Porém, apesar da ressalva acima, é necessário lançar mão de outros olhares mais críticos para ler e interpretar os dados extraídos da tabela. Uma possibilidade é a de que quando comparadas as duas coberturas é evidente que a cobertura de 2002 poupa os membros do governo da gestão FHC, como o ministro da Fazenda, Pedro Malan e o Presidente do Banco Central, Armínio Fraga.

O mesmo não se pode dizer da cobertura feita em 2014. O então ministro da Fazenda, Guido Mantega, o Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, assim como Márcio Holland, secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, aparecem com frequência nas páginas do *Estadão* e, na maior parte das vezes, em matérias com conotações negativas.

Outra questão que deve ser ressaltada é o fato de que economistas do mercado financeiro são os principais especialistas consultados pelo jornal, tanto em 2002 quanto em 2014. A diferença é que neste último ano o jornal não tem uma lista tão variada de consultorias e economistas, utilizando a mesma fonte em matérias diferentes.

Entretanto, o fato é que as informações colhidas nesta tabela corroboram a tese de Puliti – citada anteriormente nesta pesquisa – para quem, desde o início da década de 1990, o jornalismo econômico tem se tornado cada vez mais um jornalismo financeiro, sendo que os especialistas que trabalham para o mercado

financeiro – seja em consultorias ou bancos - ocupam majoritariamente o espaço do jornal.

8.3 Análise Qualitativa do Objeto

8.3.1 Desemprego

Esta parte da pesquisa pretende complementar a anterior, auxiliando na comprovação da tese de que o jornal *O Estado de S. Paulo*, mesmo em sua cobertura econômica, possui um viés político e ideológico, que pode ser identificado no seu discurso. Para isso, são analisados os conteúdos desenvolvidos pelo jornal sobre o tema do desemprego, entre os meses de agosto e dezembro dos anos de 2002 e 2014, na editoria de economia.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento desta parte da pesquisa não difere da anterior. Primeiramente foram lidas e estudadas as matérias desenvolvidas pelo *Estadão* no período acima citado. Deste estudo resulta a análise do conteúdo das matérias, assim como a comparação entre as duas coberturas, que é fundamental para comprovarmos a tese de que o jornal trata governos diferentes de modos distintos, mesmo na cobertura econômica.

A segunda parte desta análise corresponde ao mapeamento das vozes que compõem e corroboram o discurso do jornal. Foram levantadas todas as fontes ouvidas pelo diário durante o período estudado. Desta forma, é possível identificar quem são, o que pensam e quais instituições representam as fontes consultadas.

Por meio da comparação dos conteúdos produzidos durante 2002 e 2014 foi possível concluir que, nos dois períodos o governo está presente na cobertura sobre desemprego feito pelo jornal *O Estado de S. Paulo*; ao contrário da cobertura de inflação do jornal, em que somente em 2014 o governo se tornou um personagem constante nas matérias sobre o tema.

Contudo, existe uma diferença marcante entre os dois períodos: em 2002 a voz governamental aparece em contextos positivos, geralmente, sem contestações por parte de outras fontes, como agentes de mercado ou mesmo acadêmicos. Já em 2014, os membros do governo são constantemente vistos nas páginas do diário, principalmente o Ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias (consultar tabela 2.1), consultado quatro vezes no período. Entretanto, nem sempre o membro do governo Dilma é citado em um contexto positivo, quando o é, o jornal utiliza um método de desconstrução e inversão do discurso – já citado no capítulo anterior – de transformar notícias positivas em negativas, destacando eventuais problemas ou dificuldades enfrentados na situação descrita.

B6 | Economia | SEXTA-FEIRA, 12 DE SETEMBRO DE 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Puxada pelos serviços, criação de vagas surpreende

Em agosto, foram criados 101,4 mil empregos com carteira assinada, acima do esperado por analistas, mas 20,5% abaixo de um ano atrás

Luiz Allegretti
BRASILIA

A menos de um mês das eleições presidenciais, o governo federal antecipou a divulgação dos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e informou ontem que, em agosto, foram criados 101,4 mil vagas de emprego com carteira assinada no Brasil.

A criação de postos de trabalho no mês passado foi menor que o registrado em agosto do ano passado. Ainda assim, "apaga" o resultado de julho, quando a geração de empregos teve o pior saldo para o mês desde 1999 – foram criados apenas 11,7 mil postos. O saldo acumulado no ano, até aqui, chegou a 751,4 mil vagas.

O ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, negou que a antecipação da divulgação dos resultados do Caged tenha sido feita por motivos eleitorais. Mas reconheceu que "bons resultados" ajudem na reeleição da presidente Dilma Rousseff.

O resultado de agosto, composto principalmente pelo emprego no setor de serviços, ficou 20,5% abaixo das 127,6 mil vagas criadas em igual mês do ano passado, segundo a série sem ajustes, que considera apenas o envio de dados pelas empresas dentro do prazo determinado pelo governo.

Na série ajustada, em que as

DESEMPENHO FRACO

● A geração de empregos no mês passado foi 20,54% menor que o resultado de agosto de 2013, de acordo com a série sem ajustes

empregadoras enviaram as informações atualizadas ao governo, a queda é maior: 32,4%.

A criação de vagas em agosto ficou, entretanto, acima do esperado pelos analistas de mercado, que previam entre 80 mil e 94,5 mil novas vagas.

Projeção. Para este ano, o governo mantém a expectativa de criação de 1 milhão de vagas, de acordo com o ministro Manoel Dias. Setembro e outubro, disse ele, serão meses de resultados positivos.

"Nosso segundo semestre, seguramente, será melhor que o primeiro", disse o ministro. Ele atribuiu o resultado de agosto ao crescimento da economia brasileira e disse haver

"tendência" de recuperação dos empregos.

Os analistas do mercado, porém, veem um cenário diferente. O economista-chefe da Gradual Investimentos, André Perfeito, disse que o resultado de agosto mostra efeitos da desaceleração da economia. De acordo com ele, a atividade fraca já tem se traduzido na menor criação de vagas.

O economista Carlos Lopes, da Votorantim Corretora, considerou a recuperação de agosto "pessima". Segundo ele, a tendência de piora nos números do mercado de trabalho deve se acentuar nos próximos meses, influenciada por fatores macroeconômicos. "As políticas fiscal e monetária estão mais apertadas e a confiança também está em um nível baixo", disse.

O setor de serviços foi o que mais criou vagas em agosto: foram gerados 71,2 mil postos. Também houve criação de 40,6 mil empregos no setor do comércio e 22 mil vagas na construção civil.

Por outro lado, o setor que mais fechou vagas foi a agricultura, com redução de 3,6 mil postos de trabalho. Para o Ministério do Trabalho, essas demissões se devem a fatores sazonais. Também teve mais demissões do que contratações a indústria de transformação, com 2,1 mil vagas encerradas no mês.

GOVERNADOR **MANOEL DIAS**

Empregos. "Segundo semestre será melhor que o primeiro", diz o ministro Manoel Dias

Governo antecipa dados do Caged para 11º dia do mês

● O governo antecipou para o 11º dia do mês a divulgação dos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho, o Caged, o que normalmente ocorre no início da segunda quinzena.

Nos últimos 12 meses, em nenhuma ocasião o resultado do Caged foi divulgado antes do dia 15 do mês. Em agosto, a publicação ocorreu no dia 21.

Em setembro de 2013, o resultado veio a público somente no dia 20.

O ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, rejeitou qualquer relação da antecipação com as eleições presidenciais deste ano. "Não teve influência da Planalto", disse. "Poderia ser melhor a divulgação lá perto da campanha. Não pensei nisso. Não sou eu que vou definir resultado das eleições."

Questionado se a presidente Dilma Rousseff, candidata à reeleição, usaria os dados em sua campanha para a reeleição, o ministro disse: "Tem que usar, né? É do governo dela".

Pouco tempo depois de divulgar os dados via Ministério do Trabalho, as informações foram publicadas no site da campanha de Dilma, apontando que agosto "foi um mês ainda mais positivo".

O ministro apresentou outra razão para a antecipação. Em tom de brincadeira e do lado de sua equipe técnica, disse que "os funcionários se tornaram mais eficientes". Em seguida, Dias, que é do PDT catarinense, afirmou que pedirá uma semana de férias para trabalhar nas eleições.

Fig. 2.1: Matéria publicada em 24/08/2014

Como pode ser observada acima (fig. 2.1), a matéria trata da criação, em agosto de 2014, de 101, 4 mil novas vagas de emprego com carteira assinada.

Entretanto, é possível notar que o jornal, ainda no subtítulo, evidencia que o resultado está aquém do satisfatório, pois o número de vagas é 20,5% inferior ao da mesma época no ano anterior. Durante seu discurso, o jornal também questiona o fato do governo ter antecipado a divulgação desses resultados, insinuando que os dados foram liberados em tal data para favorecer a candidata Dilma Rousseff na campanha presidencial. Soma-se a esse discurso o gráfico que o jornal utiliza para compor a matéria que é destaque da página. O título “Desempenho Fraco” conflita com o próprio título da matéria que fala sobre a criação de novos empregos no período. Essa matéria é somente um dos exemplos de como o jornal transforma uma informação positiva em negativa, de acordo com suas conveniências, intenções e tendências ideológicas.

Outra questão que foi levada em consideração durante a análise foi a forma como o jornal liga a questão do desemprego às demais questões econômicas, ou seja, quais são os problemas que levam ao desemprego, em ambos os períodos, assim como a importância que o tema teve no noticiário econômico.

Foi possível constatar que em 2014 o desemprego esteve muito mais presente diretamente nas páginas do Estadão do que em 2002. Essa descoberta é bastante relevante, tendo em vista que as baixas taxas de desemprego sempre foram o trunfo da presidente Dilma para conquistar a reeleição; contudo, os seus opositores políticos e ideológicos sempre fizeram uso da alta de preços para criticar sua administração.

Em 2002, apesar da taxa de desemprego se encontrar em 12,6%, ele não faz parte das discussões do jornal, pelo menos não diretamente. Questões como aumento do crédito, resultados referentes a setores como indústria e serviços, que, de certa forma, refletem nos índices de desemprego estão ali estampados, entretanto, o desemprego em si, quando aparece, não ganha espaço de destaque nas páginas do jornal.

Em 2014, quando o Brasil encerrou o ano com uma taxa de desemprego de 4,8%, o jornal faz diversas matérias sobre demissões coletivas, lay offs e corte de funcionários, principalmente na indústria, todas com direito a destaque na página, isso quando o assunto não toma uma página inteira.

Também vale ressaltar que em 2014 a indústria assume um papel de protagonista na cobertura econômica sobre o desemprego. O jornal faz uma conexão direta entre a perda de fôlego da atividade industrial e o aumento do desemprego. No período, o jornal fez duas matérias especiais sobre os gargalos da indústria brasileira, além de estampar constantemente o desespero de agentes e entidades ligadas à indústria em suas páginas.

Obviamente que os empregos gerados na indústria são importantes, e que esta é um importante motor que impulsiona as demais engrenagens da economia, porém, é sabido que há muitos anos o setor que mais emprega no país é de serviços, e que a indústria não pode responder pelo quadro geral do emprego no país.

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso a produção industrial do país também foi muito afetada por conta, num primeiro momento, da paridade da moeda brasileira com a norte-americana, e, numa segunda etapa, por conta das altas taxas de juros, que dificultavam o acesso ao crédito. Todo esse movimento teve reflexos diretos na geração e manutenção de empregos, além do achatamento da renda dos brasileiros.

Porém, em vez do jornal ressaltar – como o faz em 2014 – que os profissionais que antes trabalhavam na indústria estão ficando desempregados, ou aceitando empregos em áreas em que serão menos remunerados ou terão menos

chances de crescimento, são publicados conteúdos como o que se segue:

TRABALHO

Supermercados são os grandes empregadores

Volks, GM e Fiat juntas são as maiores fontes de emprego no Brasil, segundo levantamento da Associação Brasileira de Supermercados (ABRASUPE).

ABRASUPE divulgou um levantamento sobre o mercado de trabalho no varejo brasileiro. O estudo aponta que os supermercados são os maiores empregadores do setor, com mais de 1 milhão de funcionários. A pesquisa também revela que a maioria dos profissionais que migrou da indústria para o varejo encontra melhores condições de trabalho e oportunidades de crescimento.

OS MAIORES EMPREGADORES

Empresário	Setor	Empregados	Salário médio (R\$)
Volks	Automóveis	1.200.000	1.200
GM	Automóveis	1.100.000	1.100
Fiat	Automóveis	1.000.000	1.000
Carrefour	Varejo	800.000	800
Pão de Açúcar	Varejo	700.000	700
Lojas Americanas	Varejo	600.000	600
Lojas Americanas	Varejo	500.000	500
Lojas Americanas	Varejo	400.000	400
Lojas Americanas	Varejo	300.000	300
Lojas Americanas	Varejo	200.000	200
Lojas Americanas	Varejo	100.000	100

COMÉRCIO ATRAI PROFissionais DAS indústrias e dos bancos

Com o crescimento do comércio varejista, muitos profissionais das indústrias e dos bancos estão migrando para o varejo. Isso ocorre devido a melhores condições de trabalho e oportunidades de crescimento no setor.

RETRATADO ANTERIORE

Antes, os profissionais das indústrias e dos bancos tinham poucas opções de emprego no varejo. Hoje, com o crescimento do setor, eles encontram muitas oportunidades.

MAIORES EMPREGADORES

Os maiores empregadores do varejo brasileiro são as Lojas Americanas, Carrefour e Pão de Açúcar. Essas empresas oferecem boas condições de trabalho e oportunidades de crescimento para seus funcionários.

TRIM!

Trabalho, crescimento e melhores condições de trabalho são os fatores que atraem profissionais para o varejo. Isso ocorre devido ao crescimento do setor e às oportunidades oferecidas pelas grandes redes varejistas.

Fig. 2.2: Matéria publicada em 27/10/2002

A matéria acima (Fig. 2.2) – publicada no dia 25/08/2002- mostra dois bem-sucedidos personagens que migraram da indústria para o varejo. A matéria pretende com isso ilustrar que o comércio – antes visto com preconceito pelos profissionais – começa a virar alvo de trabalhadores qualificados, que encontram em grandes redes varejistas como Carrefour e Pão de Açúcar os mesmos benefícios e chances de carreira do que o profissional da indústria.

Já a matéria abaixo possui um viés diferente:



Fig. 2.3: Matéria publicada em 04/08/2014

Já na matéria acima (Fig. 2.3), publicada em 04 de agosto de 2014, o exemplo dado pelo jornal é bastante pessimista. O texto localizado na parte inferior da folha conta a história de uma família em que a mãe, que trabalhava em uma fábrica na região de Itu, perdeu o emprego, sendo que o marido, que é frentista, também está desempregado. O casal, que tem dois filhos, decidiu abrir um pequeno comércio na própria garagem, indo até São Paulo comprar roupas para revendê-las na cidade do interior do Estado.

Esses retratos humanos feitos pelo jornal dão a tônica de como o periódico trata o assunto em um período e em outro. Enquanto que em 2002 o desemprego na

indústria cria um fluxo migratório de profissionais gabaritados que são facilmente absorvidos por grandes redes varejistas em expansão; em 2014, uma família do interior de São Paulo é utilizada para retratar a forma como as pessoas estão reagindo ao desemprego industrial, ou seja, atuando de maneira informal e improvisada, por falta de oportunidades.

Outro ponto que deve ser ressaltado é que o jornal – diferentemente da cobertura feita sobre a temática de inflação em 2014 – utiliza personagens do cotidiano para desenvolver matérias sobre desemprego, em ambas as coberturas. É possível encontrar nas duas coberturas tanto histórias de viés positivo e negativo. Contudo, em 2002, as histórias de sucesso possuem destaque, enquanto que as negativas recebem um lugar reduzido no jornal. Já em 2014, o mecanismo é inverso.

Por fim, o conteúdo e as palavras selecionadas pelo jornal para retratar a realidade do mercado de trabalho brasileiro passam a ideia de que a sociedade está mergulhada em uma espécie de catástrofe social, ou prestes a cair no abismo do desemprego generalizado. Falas como “só louco investe no Brasil”, dita pelo presidente da CSN, Benjamin Steinbruch, ou “chegamos ao fundo do poço”, retirada de um pronunciamento do ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, são exemplos claros de como o diário tenta expressar uma ideia de que o país está caminhando para o caos econômico, e que a geração de empregos será fortemente afetada.

8.3.2 Mapeamento das vozes

Como já citado anteriormente, no capítulo em que é feita a análise qualitativa das matérias que falam sobre inflação, é de extrema importância analisar as fontes consultadas pelos jornalistas, para a melhor compreensão do discurso adotado pelo jornal.

Assim como na parte anterior, foi desenvolvida uma tabela com todas as fontes consultadas pelo *Estadão* no período (Tabela 2.1). Desta forma ficará mais fácil identificar quem são os personagens procurados, e quais são as instituições que estes representam.

Fonte	Ano	Cargo	Quantas vezes aparece
Samuel Klein	2002	Dono da Rede Casas Bahia	1
Reginaldo Arcuri	2002	secretário do Desenvolvimento da Produção do Ministério	
Bóris Tabacófi	2002	- presidente do Conselho Superior de Economia da FIESP e Presidente do Conselho de Administração da Suzano.	1
Júlio Gomes de Almeida	2002	presidente do Insitituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial	1
Osmar Elias Zogbi	2002	presidente da Associação Brasileira de Celulose e Papel e presidente da	1

		Ripasa	
Paulo Saab	2002	Diretor da Eletro	1
Denis Ribeiro	2002 E 2014	coordenador de economia da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos/ diretor de economia da Associação da Indústria de Alimentos	2
Mariana Rebouças	2002	técnica do Departamento de Indústria do IBGE	2
Denise Cordovil	2002	- economista do Departamento de Indústria do IBGE	
João Rached	2002	Vice-presidente de Recursos Humanos da Volkswagen	1
Alcides Terra	2002	Vice-presidente da área de Gente do McDonalds	1
Álvaro de Angelis Cordeiro	2002	diretor de Recursos Humanos do Carrefour Brasil	1

Maria Aparecida Fonseca	2002	diretora Executiva de Recursos Humanos do Grupo Pão de Açúcar	1
Maria Luiza Zacharias	2002	coordenadora do Cadastro Geral de Empregos do IBGE	1
Ignacys Sachs	2002	professor da Escola de Altos Estudos Sociais de Paris	1
Clarice Messer	2002	diretora do Departamento de Pesquisa e Estudos Econômicos da Fiesp	2
Horácio Lafer Piva	2002	Presidente da Fiesp	3
Presidente da Fiesp	2002	Economista do Departamento de Indústria do IBGE	2
Shyrlene Ramos de Souza	2002	analista do Departamento de Emprego e Rendimento do	2

		IBGE	
Luis Pereira	2002	especialista do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPEA)	1
Ricardo Carvalho	2002	presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores	1
Silvio Sales	2002	chefe do Departamento de Indústria do IBGE	2
Roberto Faldini	2002	diretor-adjunto do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos da Fiesp	2
Luís Afonso Lima	2002	Economista do Banco BBV	2
André Carvalho	2002	Economista-chefe da Fiesp	1
José Arthur Assunção	2002	Vice-presidente da Associação Brasileira de Crédito, Financiamento e Investimento (ACREFI)	1

Boanergers Ramos Freire	2002	Partner Consultoria	1
Miguel Ribeiro de Oliveira	2002	Vice-presidente da Associação Nacional dos Executivos de Finanças , Administração e Contabilidade	1
Carlos de Paiva Lopes	2002	presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica	1
José Augusto Marques	2002	associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base	1
Ivoncy Ischpe	2002	presidente do Iedi	1
Maílson da Nóbrega	2002	ex-ministro da Fazenda	1
Paulo Nogueira Batista Jr.	2002	pesquisador da Fundação Getúlio Vargas	1
Elizabeth de Carvalhaes	2002	diretora de Assuntos Governamentais	1

		da Volkswagen e vice-presidente da Anfavea	
Ana Cláudia Marques	2002	gerente nacional de Marketing da Adecco	1
Adriana Ariento	2002	diretora comercial da Gelre	1
Ricardo Patah	2002 e 2014	Vice-presidente do Sindicato dos empregados do comércio de S. Paulo	2
André Macedo	2014	gerente de Coordenação da Indústria do IBGE	4
Alessandra Ribeiro	2014	economista da Tendências Consultoria	1
Adauto Lima	2014	economista-chefe da Western Asset	2
Armando do Valle	2014	vice-presidente de Relações Institucionais e Sustentabilidade da Whirlpool	1
Lourival Kiçula	2014	presidente da Associação Nacional de Produtos Eletrônicos	2

Erick Silva	2014	presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Carlos e região	1
Dorival Jesus do Nascimento	2014	Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Itu e Região	1
Jair dos Santos	2014	presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região	1
Luiz Moan	2014	presidente da Anfavea	5
Danilo Delgado	2014	economista para Brasil da ático asset management	2
Leonardo Cavalcanti	2014	coordenador Científico do Observatório da Imigrações Internacional da Universidade de Brasília	1
Ricardo Paes Barros	2014	subsecretário de Ações Estratégica da Secretaria de	1

		Assuntos Estratégicos da Presidência da República	
Paulo Sérgio de Almeida	2014	presidente do Conselho Nacional de Imigração	1
Letícia Costa	2014	diretora de Pós- Graduação e especialista em setor automotivo do Insper	1
Viviane Seda	2014	economista da FGV	1
Carlos Kawall	2014	economista-chefe do banco J. Safrá e ex- secretário do Tesouro	1
Flávio Meneghetti	2014	presidente da Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores	2
Aloisio Campelo	2014	superintendente adjunto de Ciclos	2

		Econômicos da FGV	
André Perfeito	2014	economista - chefe da Gradual Investimentos	2
Octavio de Lazari Junio	2014	Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança	1
Rodrigo Lobo	2014	técnico da Coordenação de Indústria do IBGE	3
Rafael Bacciotti	2014	economista da Consultoria Tendências	3
Fernando de Holanda Barbosa Filho	2014	economista do Instituto Brasileiro de Economia da FGV	2
José Márcio Camargo	2014	economista-chefe da Opus Gestão de Recursos	1
Silvio Campos Neto	2014	economista da Tendências Consultoria	1
Márcio Milan	2014	Economista da Tendências Consultoria	1
Marcos Fermaniam	2014	Presidente da	1

		Abraciclo	
Fábio Bentes	2014	Economista da Confederação Nacional do Comércio	2
Benjamin Steinbruch	2014	Presidente da CSN e da Fiesp	1
Natália Cotareli	2014	economista do Banco Indusval e Partners	1
Juliana Vasconcellos	2014	gerente de Coordenação de Serviços e Comércio do IBGE	2
Mariana Oliveira	2014	economista da Tendências Consultoria	1
João Moraes	2014	economista da Tendências Consultoria	1
Paulo Francini	2014	diretor do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos da Fiesp	3
Alexandre Furlan	2014	Vice-presidente da CNI	1

Irineu Carpini Filho	2014	- diretor-presidente da Graúna Aerospace	1
Manoel Dias	2014	ministro do Trabalho	4
Marcelo Azevedo	2014	Economista da CNI	1
Roberto Saldanha	2014	técnico da Coordenação de Serviços e Comércio do IBGE	2
Robson Braga Andrade	2014	presidente da CNI	1
Adilson dos Santos	2014	presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos	1
Jaime Ardilla	2014	presidente da GM para América do Sul	1
Rodrigo Alves de Melo	2014	economista-chefe da Icatu Vanguarda	2
Luciano Rostagno	2014	estrategista-chefe do banco Mizuho do Brasil	2
Thaís Zara	2014	economista-chefe da Rosemberg e Associados	1

Maria Amélia Lameiras	2014	economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	1
Adriana Beringuy	2014	pesquisadora da coordenação de trabalho do IBGE	1
Airton Santos	2014	coordenador de Atendimento Sindical do DIEESE	1
Guido Mantega	2014	Ministro da Fazenda	1
Solange Srouf	2014	economista- chefe da ARX investimentos	2
Humberto Barbato	2014	presidente da ABINEE	1
Flávio Castelo Branco	2014	gerente executivo de política econômica da CNI	1
José Carlos Guabyraba	2014	analista do IBGE e gerente da Pesquisa Anual da Indústria da Construção Civil	1

Tabela 2.1: Fontes consultadas pelo Estadão nos períodos eleitorais dos anos de 2002 e 2014.

Por meio da análise do quadro acima é possível chegar a uma conclusão bastante similar àquela constatada quando analisada o quadro sobre as matérias de inflação.

Assim como no conteúdo sobre aumento de preços, profissionais de institutos de pesquisas, como o IBGE, são procurados para comentar os resultados das pesquisas que coordenaram.

Outras vozes importantes que estão presentes no discurso de ambas as coberturas são os sindicatos e associações. Porém, vale a pena ressaltar que as associações patronais, como Fiesp, Anfavea, CNI, entre outras, possuem muito mais espaço dentro do conteúdo publicado pelo periódico do que os sindicatos dos trabalhadores. Não só, é possível constatar a importância das instituições que defendem os direitos dos industriais, tendo em vista que elas dominam o espaço das duas coberturas, quando comparadas às instituições que representam as empresas do comércio, ou aquelas que atuam no setor de serviços.

Outro ponto a ser destacado, ainda nessa linha de pensamento, é a de que todos os representantes de sindicatos dos trabalhadores, que aparecem na cobertura do jornal estão ligados à atividade industrial. Além disso, estes personagens ganham muito mais espaço na cobertura de 2014 do que na cobertura de 2002.

Pode-se também reparar que as vozes oficiais são muito mais presentes na cobertura de 2014 do que na de 2002. Assim como observado no conteúdo sobre inflação, os membros do governo Fernando Henrique Cardoso não aparecem para falar sobre as questões relacionadas ao desemprego no país. Por outro lado, em 2014, o jornal chega a citar o ministro da Fazenda, Guido Mantega, além de dar destaque especial aos pronunciamentos do ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias.

Como já citado anteriormente, nem sempre essas aparições de Dias no periódico estão inseridas em contextos positivos.

Por fim, é possível constatar por meio da análise da tabela, que, assim como na cobertura sobre inflação, os profissionais do mercado estão ganhando cada vez mais espaço dentro da cobertura econômica do jornal.

Enquanto que em 2002 a maior parte das fontes consultadas para falar sobre mercado de trabalho e emprego era de empresários, representantes de associações de empresas de um determinado segmento, sindicalistas e especialistas em recursos humanos; em 2014 a presença de profissionais ligados ao mercado financeiro é grande, sendo que é possível notar que, na maioria das vezes, são pessoas diferentes que trabalham para os mesmos escritórios.

Dessa maneira, esta análise reforça o que já foi constatado anteriormente. O fato de que o mercado financeiro ganhou enorme espaço dentro da cobertura econômica brasileira na última década. Como já citado anteriormente, esta conclusão vai ao encontro dos estudos de Pulliti de que o jornalismo econômico brasileiro tem dado cada vez mais espaço para fontes do mercado financeiro em suas páginas, o que compromete seu compromisso em ser um espaço aberto para a pluralidade de ideias.

9 CONCLUSÃO

Por meio da análise dos dados coletados, da bibliografia e do objeto de estudo é possível concluir que o discurso econômico do jornal *O Estado de S. Paulo* possui um forte viés político-ideológico, o que pode induzir o leitor que detém poucos conhecimentos sobre questões macroeconômicas a uma interpretação distorcida da realidade econômica do país.

Por meio da análise do objeto de estudo - e pela sustentação dada pelos dados e pela bibliografia - foi possível constatar os seguintes pontos:

Primeiramente, que os membros do governo Fernando Henrique Cardoso foram “poupados”, tanto na cobertura sobre inflação, quanto na de desemprego. O jornal raramente citava, à época, qualquer membro do governo envolvendo estes dois contextos, e quando o fez no período, os inseriu em um panorama positivo.

Já os pronunciamentos de membros da equipe da presidente Dilma Rousseff são citados com mais frequência e, via de regra, inseridos em contextos negativos.

Ainda em relação às questões políticas, é importante frisar que em 2002, quando o jornal aponta problemas da conjuntura econômica, usa, sistematicamente, o cenário eleitoral e o avanço de Luís Inácio Lula da Silva nas pesquisas como um fator que causa sensação de incerteza ao mercado, como se o mercado financeiro fosse o único agente a integrar a economia.

Outro ponto importante que deve ser destacado é o posicionamento do jornal em relação aos agentes do mercado financeiro. Este trabalho demonstrou empiricamente aquilo que Pulliti coloca em seu artigo sobre a história do jornalismo econômico; ou seja, que os agentes do mercado financeiro vêm ganhando cada vez mais espaço dentro da cobertura econômica brasileira.

Isso reforça a tese de que o jornalismo econômico brasileiro se transformou, a partir da década de 1990, em um jornalismo predominantemente financeiro; sendo assim, é lógico concluir que o humor do mercado financeiro em relação a determinado governo, ou seus interesses particulares, determina o que é lido nos

jornais e, conseqüentemente, aquilo que a população considera e avalia como sendo o retrato do real.

Porém, mesmo com essa importância crescente do mercado dentro da cobertura econômica no Brasil, é possível notar que durante a cobertura desenvolvida em 2002, quando o mercado internacional considerava arriscado o investimento no Brasil; quando o país caminhava a passos largos rumo a uma recessão, registrava taxas de inflação que ultrapassavam os dois dígitos, sofria com a desvalorização cambial, além das altas taxas de desemprego, o jornal considerava “exagerada” a visão do mercado.

Já em 2014, quando o país não se distancia muito do quadro de 2002, porém possui uma taxa de inflação por volta dos 6% -, ainda assim acima do regime de metas-, e taxa de desemprego por volta dos 4%; o diário traça um panorama totalmente caótico, com o auxílio das fontes do mercado financeiro, que corroboram as análises catastróficas.

Para finalizar, concluo que o jornal *O Estado de S. Paulo* possui uma cobertura econômica que se deixa influenciar por questões políticas, além de adotar as ideologias do mercado financeiro. Também é possível concluir, por meio deste trabalho, que os agentes do mercado são as vozes dominantes do discurso do jornal; logo, suas ideologias também são vistas e defendidas com frequência pelo diário, inclusive em editoriais, que representam sua opinião oficial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHA, Edimar. Plano Real: **Uma segunda avaliação, em O Plano Real e outras experiência internacionais de estabilização**. Ipea- Escritório da Cepal no Brasil, Brasília, 1997

BATISTA JR., Paulo Nogueira: **A economia como ela é...** .2.edição. São Paulo: Boitempo, 2001

BIONDI, Aloysio – **O Brasil Privatizado**.1.edição.São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1996

BENETTI, Marcia; LAGO, Cláudia (org) – **Metodologia de Pesquisa em jornalismo**. 2. edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2007

FURTADO, Celso – **Em busca de um novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea**. 2.edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2002

SINGER, André Vitor – **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. 1. edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012

BOCCHI, João Ildebrando; BORGES, Maria Angélica; LACERDA, Antônio Correa de; MARQUES, Rosa Maria; REGO, José Márcio – **Economia Brasileira**. 1 edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2000

CALDAS, Miguel P- **A demissão e alguns significados psicológico da perda do emprego para o indivíduo**. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_1999/RH/1999_RH_10.pdf. Consultado em: 26/03/2015

CARDOSO, Fernando Henrique – **A arte da política: a história que vivi**. 1 edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006

CHAUÍ, Marilena - **Simulacro e poder: uma análise da mídia**. 1.edição. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006

CORREA, Fernando – **Os jornalistas e as notícias**. 4. Edição. Lisboa: Editora Caminho Nosso Mundo, 2003

DELFIM NETTO, Antônio; DUARTE, Pedro Garcia et tal (**org**). 1. Edição. São Paulo: Saraiva, 2011.

DIJK, Teun A. V. **Discurso e Poder**. 2. Edição. São Paulo: Contexto, 2010.

DUMÉNIL, Gérard; Lévy Dominique – **A Crise do Neoliberalismo**. 1. edição. São Paulo: Boitempo, 2014

FISHLOW, Albert – **Desenvolvimento no Brasil e na América Latina: uma perspectiva histórica**. 1 edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002

FRANCO, Gustavo H. B. – **O desafio Brasileiro: ensaio sobre desenvolvimento, globalização e moeda**. 2. edição. São Paulo: Editora 34, 2000

FRANCO, Gustavo H. B. – **O Plano Real e outros ensaios**. 1. edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995

FUTUOSO, Maria Cristina; OMETTO, Ana Maria; SILVA, Marina - **Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população**. Departamento de Economia Doméstica Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP), Piracicaba, 1995.

GIAMBIAGI, Fábio; SCHWARTSMAN, Alexandre – **Complacência: entenda porque o Brasil cresce menos do que pode**. 1. edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014

KLIKSBERG, Bernardo – **Por uma economia com face mais humana**. 1. edição. Brasília: UNESCO, 2003

KUCINSKI, Bernardo – **Jornalismo na era virtual: ensaios sobre o colapso da razão ética**. 1. edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Editora UNESP, 2005

KRUGMAN, Paul – **A Consciência de um liberal**. 1. Edição. São Paulo: Record, 2010

LEITÃO, Miriam – **Saga brasileira: a longa luta de um povo por sua moeda**. 9. Edição. Rio de Janeiro: Record, 2014

MANTEGA, Guido – **A economia política brasileira**. 2. edição. São Paulo: Vozes, 1984

MOLINA, Matias – **Os melhores jornais do mundo: uma visão da imprensa internacional**. 2. Edição. São Paulo: Editora Globo, 2008

NETO, Geneton M. – **Os segredos dos presidentes**. 1. Edição. São Paulo: Editora Globo, 2005

PINHEIRO, Daniela. A afilhada rebelde. **Revista Piauí**, n.97, out., 2014

PROER: Programa de estímulo à reestruturação e ao fortalecimento do sistema financeiro nacional. 2015. Disponível em: www.bcb.gov.br/?PROER. Acesso em: 16/02/2015)

PULITI, Paula. **História do jornalismo econômico no Brasil: do tempo do café ao tempo real- Levantamento histórico baseado em capítulo da tese de doutorado “A financeirização do noticiário econômico no Brasil (1989-2002)**. 2009 – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/05-Paula-Puliti.pdf>>

REBELO, José – **O discurso do jornal**. 2. Edição. Lisboa: Editorial Notícias, 2002

SINGER, André Vitor – **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. 1. edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012

SOARES, Fernando. **Economia Brasileira da Primeira República ao Plano Real**. 1. Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

